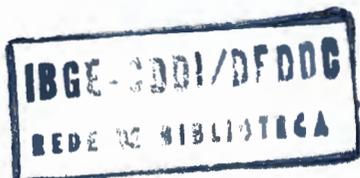




Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais



Crianças & adolescentes indicadores sociais

ISSN 0103-4448

Crianç. Adolesc. Indic. Soc.	Rio de Janeiro	v.3	p. 1-76	1989
---------------------------------	----------------	-----	---------	------

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro
20 021 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 0103-4448

©IBGE

Convênio Fundação Instituto Brasileiro de
Geografia e Estatística - IBGE/Fundo das
Nações Unidas para a Infância - UNICEF

Editorada pelo CDDI - Departamento de Editoração e Gráfica/Divisão de Editoração
em setembro de 1991

Capa

Carlos Alberto Passos Cabral / CDDI - Departamento de Editoração e Gráfica

Crianças e adolescentes: indicadores sociais / Fundação Instituto
Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Estatísti-
cas e Indicadores Sociais. V.1 (1987)- . - Rio de Janeiro:
IBGE, 1989.

v.

Anual

ISSN 0103-4448

1. Crianças - Brasil - Estatística. 2. Adolescentes - Brasil - Esta-
tística. I. IBGE. Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.

IBGE.CDDI. Dep. de Documentação e Biblioteca
RJ-IBGE/89-20-rev.

CDU 312.9-053.2/6

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Equipe Técnica

Ana Lucia Saboia e
Rosa Ribeiro - Coordenadoras
Helena Castello Branco
Maria Isabel Parahyba

Apresentação



Este boletim é o terceiro da série Crianças e Adolescentes - Indicadores Sociais - cujo objetivo principal é a divulgação de dados sobre as condições de vida da população brasileira de 0 a 17 anos. Tais dados fazem parte do Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes - SINCA -, sistema este oriundo de fontes de estatísticas básicas geradas pelo IBGE, Ministério do Trabalho e Previdência Social, Ministério de Educação e Cultura e Ministério da Saúde.

Cabe ressaltar o apoio fundamental de Rubem Cervini - consultor do UNICEF - para a realização desta publicação. Também do UNICEF contou-se com a colaboração de Isis Kallfelz.

A equipe de redação é constituída por Rosa Ribeiro e Ana Lucia Saboia (coordenadoras), Helena Castelo Branco e Isabel Parahyba, técnicas do Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais - DEISO.

Em relação aos dados do MEC, coube aos técnicos do CIP/SEEC o processamento e análise das informações apresentadas neste volume.

Contou-se, também, com a colaboração de Mário Monteiro e Valéria Rezende. O desenvolvimento, implantação e execução do plano tabular dos dados da PNAD foram realizados por João Raposo Belchior.

O preparo final da publicação ficou a cargo dos técnicos da Divisão de Editoração - DIEDI - do Departamento de Editoração e Gráfica - DEDIT.

Rosa Ribeiro - Secretária Executiva do SINCA
Rio de Janeiro, agosto de 1991

Sumário



_____	5	Apresentação	_____
_____	9	Introdução	_____
Conceitos utilizados	10	_____	_____
Dados gerais	13	_____	_____
_____	19	Família e rendimento	_____
_____	27	Saúde e saneamento	_____
Educação	35	_____	_____
Trabalho	57	_____	_____
_____	67	Dados absolutos - PNAD	_____
_____	69	Lista de tabelas disponíveis	_____

Introdução



Teve início em fins de 1987 a construção de um sistema integrado de estatísticas básicas sobre a criança e o adolescente, tomando como base dados oriundos de fontes produtoras de estatísticas oficiais. Neste sentido, foi criado um grupo de trabalho interinstitucional com representantes do IBGE, Ministério do Trabalho e Previdência Social, Ministério de Educação e Cultura, FUNABEM - atual CBIA -, Ministério da Saúde e Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

Deste trabalho nasceu em 1989 o **SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SINCA** -, que conta com uma Secretaria Executiva a cargo do IBGE/DEISO e com uma Comissão Nacional composta por técnicos das instituições integrantes do sistema.

O objetivo deste sistema é basicamente fornecer informações que permitam traçar um perfil da situação sócio-econômica das crianças e adolescentes brasileiros, analisando entre outros aspectos sua condição na família, sua escolarização e sua inserção no mundo do trabalho.

Os dois primeiros volumes da série ofereceram ao público, numa perspectiva histórica, informações sobre aqueles aspectos da vida da população infanto-juvenil, enfocando dados relativos aos anos de 1981, 1983, 1987 e 1988 (com níveis de agregação) para Brasil e Regiões Nordeste e Sudeste.

Neste volume, além de fornecer informações relativas ao ano de 1989, procura-se dar maior ênfase à questão educacional da criança e do adolescente.

Desta forma, fizeram-se novos cruzamentos de dados da PNAD, explorando as variáveis de instrução. Este procedimento também ocorreu com relação às estatísticas do Ministério do Trabalho e com as do Ministério da Saúde.

As estatísticas do Ministério da Educação, apresentadas a partir de novos conceitos e metodologias, em função de recomendações da UNESCO, representam um avanço na forma de compreender certos fenômenos importantes do setor educação.

Ao reunir, analisar e divulgar conjuntos de informações sobre crianças e adolescentes, e especialmente priorizando os aspectos educacionais, acredita-se que o SINCA está cumprindo um importante serviço à sociedade como um todo.

Conceitos Utilizados:



Taxa de atividade

Relação entre o Total de Pessoas Economicamente Ativas - PEA - e a população total.

Taxa de escolarização:

Relação entre o número de pessoas freqüentando escola e o total da população para os diversos grupos de idade.

Fluxo reconstruído:

É a simulação da evolução de uma coorte do sistema educacional, isto é, com ela tenta se reproduzir, mais fidedignamente, como o aluno evolui no sistema educacional em um determinado período (coorte).

Taxa de promoção:

Alunos novos que alcançam a série seguinte em relação ao total de alunos matriculados na série e ano imediatamente anteriores.

Taxa de repetência:

Alunos que estão repetindo a mesma série em relação à matrícula do ano anterior (da mesma série).

Taxa de evasão:

Alunos que evadem durante e na passagem de um ano em relação à matrícula inicial do ano anterior.

Taxa de evasão imediata:

Relação entre o número de alunos afastados por abandono em uma série, durante o ano letivo, e número total de alunos que passaram pelo sistema, cursando aquela série, durante aquele ano.

Proporção de repetentes:

Relação entre o número de alunos repetentes na série e a matrícula inicial na série.

Proporção de reprovados:

Alunos que não foram aprovados durante o ano letivo em relação à matrícula final daquele ano letivo.

Professores com formação inadequada:

Considera-se professor com formação inadequada para o ensino fundamental aquele que não possui magistério de 2.º grau e/ou licenciatura de 3.º grau.



Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes - SINCA

Comissão Nacional:

Rosa Maria Ribeiro da Silva (Secretária Executiva) - DEISO/IBGE

Ana Lucia Saboia - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Roberto Becker - Ministério da Saúde

Ana Maria de Castro Paula - Ministério da Saúde

Eliseu Francisco Calsing - Coordenadoria de Informações para o Planejamento/Serviço de Estatísticas de Educação e Cultura/Ministério da Educação - CIP/SEEC/MEC

Jorge Rondelli - Coordenadoria de Informações para o Planejamento/Serviço de Estatísticas de Educação e Cultura/Ministério da Educação - CIP/SEEC/MEC

Marcia Facchina - Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS

Alfonso Arias - Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS

Eni Barbosa - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA

Freda Burger - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA

Luigi Bataglia - Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - FCBIA

Emmanuel Vianna dos Santos - Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - FCBIA

Rubem Cervini - Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF

Esta publicação recebeu apoio financeiro do Fundo da Nações Unidas para a Infância - UNICEF.

Dados Gerais

A proporção da população infanto-juvenil no Brasil já atinge os mesmos níveis de países da América Latina que tradicionalmente apresentavam as menores taxas.

O Nordeste continua a ser a região onde reside o maior número de crianças e adolescentes.



Década de 80 - redução significativa na população de crianças e jovens



Dados Gerais

As informações levantadas pela PNAD revelam que houve ao longo da década de 80 uma redução na proporção de crianças e jovens no Brasil. Este fenômeno se explica basicamente pela conjugação de dois fatores: o declínio da fecundidade e o conseqüente envelhecimento da população graças ao avanço tecnológico na prevenção e tratamento de doenças.

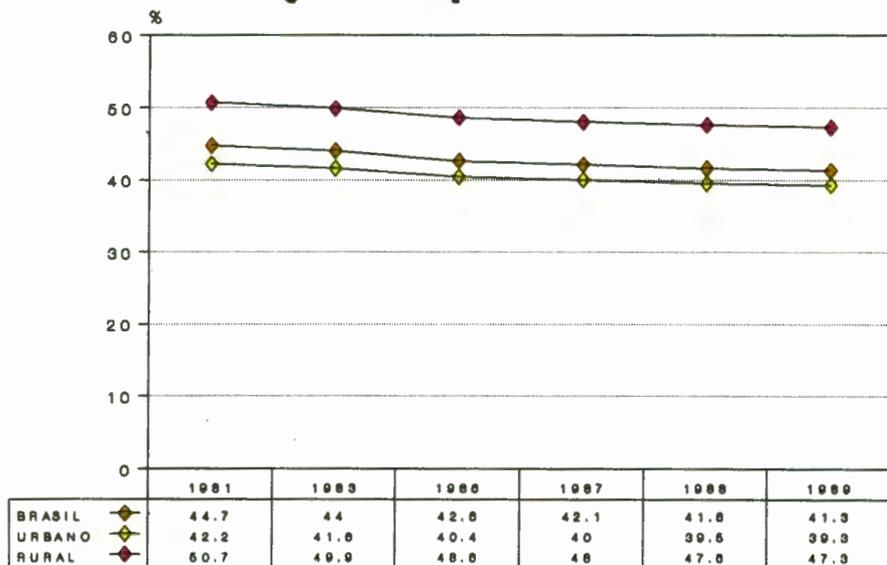
No entanto, a comparação com outros países (com base em dados da ONU para o ano de 1987) indica que a população jovem, no Brasil, ainda possui um peso significativo. No mundo inteiro, esta proporção é de 34% (população com menos de 15 anos), na Europa e América do Norte gira em torno de 20%. Já a

África apresenta a maior proporção - 45% da população tinham menos de 15 anos naquele ano.

Em termos de América Latina, pode se dizer que os índices brasileiros já se igualam aos do Uruguai, Chile, Argentina e Cuba (38% a 41%) - países que tradicionalmente apresentam as menores proporções de população jovem.

Para o ano de 1989, a PNAD dimensiona em aproximadamente 59 milhões o número de crianças e adolescentes brasileiros na faixa de 0 a 17 anos, valor este que representa cerca de 41% da população total. Com relação à situação do domicílio, percebe-se que a população jovem tem maior peso relativo na área rural que na urbana.

1 - População de 0 a 17 anos, segundo a situação do domicílio



O Nordeste é a região que apresenta a maior proporção de população jovem



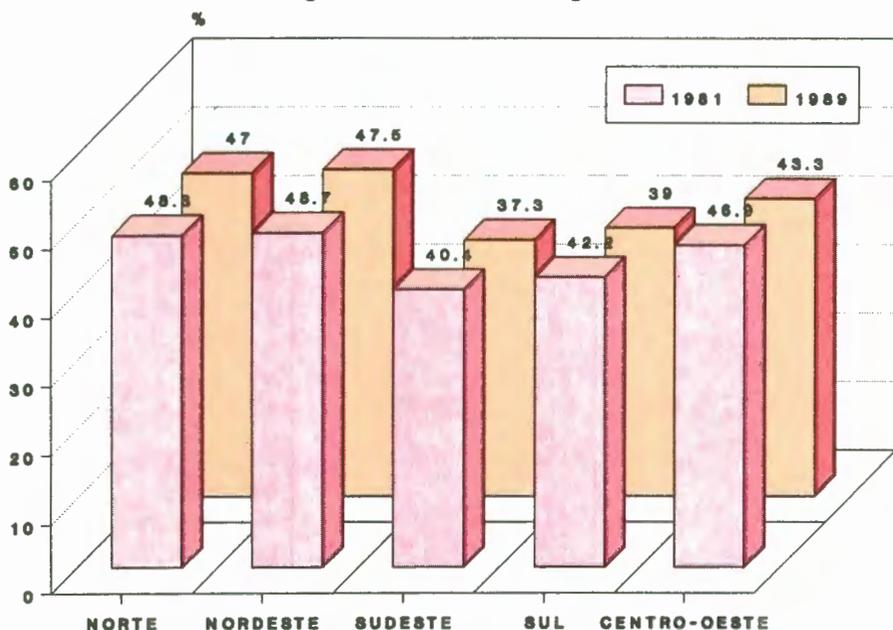
Dados Gerais

Os dados relativos à distribuição da população jovem pelas grandes regiões do País, para o ano de 1989, revelam que a Região Nordeste é aquela que apresenta maior concentração de crianças e adolescentes - 47,5% - seguida imediatamente pela Região Norte - 47%. A Região Centro-Oeste apresenta uma proporção na ordem de 43,0% e a Sul, em torno de 39%. O Sudeste é a região do País que tem menor concentração de jovens - 37,3%.

Estas variações se justificam, em parte, pelos diferentes padrões de fecundidade existentes entre as regiões

do País. Além disso, os processos migratórios caracterizam a Região Nordeste como uma área de expulsão de população em idade adulta à procura de novas oportunidades de trabalho. Já a Região Sudeste apresenta-se como um pólo de atração devido ao fato de ser a área mais industrializada do País e, conseqüentemente, com maior oferta de emprego. A grande quantidade de migrantes em idade adulta e os decrescentes índices de fecundidade fazem com que o Sudeste apareça como a região brasileira que possui a mais baixa proporção de população jovem do País.

2 - População de 0 a 17 anos, segundo as Grandes Regiões





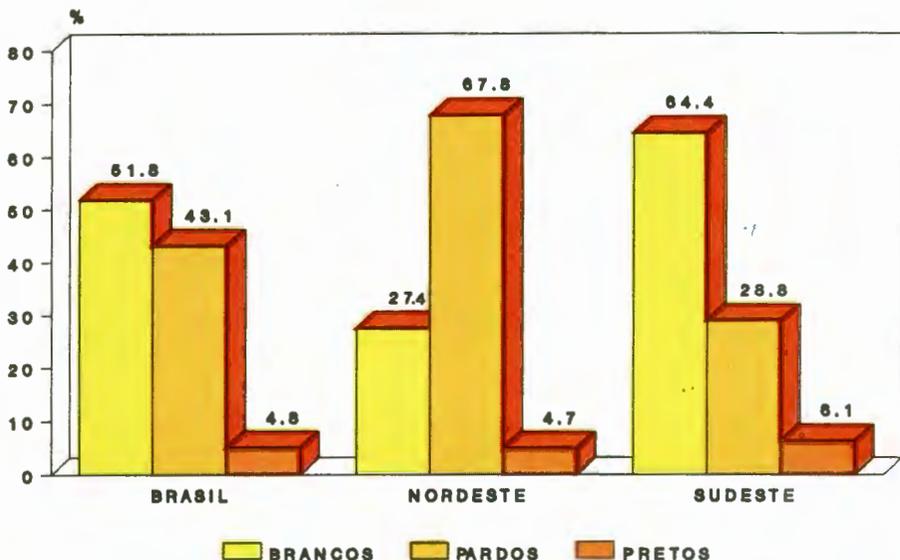
Cerca de metade da população de 0 a 17 anos se declara de cor branca

As informações sobre a cor da população brasileira, até poucos anos atrás, só eram levantadas pelos Censos Demográficos a cada dez anos. A partir de 1987 a PNAD também coleta esta informação sob a forma de autodeclaração do informante em quesitos fechados. Em 1989, verificou-se que o grupo que se declarou como branco é o mais freqüente - 51,8% para o total do Brasil. Os pardos representam 43,1%, os pretos 4,8% e os amarelos apenas 0,4%. Estes dados, se comparados aos do Censo Demográfico de 1980, revelam que a distribuição da população jovem por cor manteve estrutura semelhante

àquela verificada no início da década.

A comparação regional sobre a classificação de cor da população de crianças e adolescentes mostra que o Sudeste e o Nordeste apresentam estruturas diferentes. Enquanto no Sudeste a maior parte da população declarou-se branca (64,4%), no Nordeste 67,8% definiram-se como parda. A distribuição de pretos estrutura-se de forma semelhante, baixas proporções no Nordeste (4,7%) e no Sudeste (6,1%). Entretanto, cabe observar que o critério da autodeclaração traz embutido a subjetividade do informante quanto à percepção da sua cor.

3 - População de 0 a 17 anos, segundo a cor - 1989



Família e Rendimento

Ao final dos anos 80, é ainda grave a situação de pobreza familiar da população infanto-juvenil brasileira. Os contrastes entre o campo e a cidade persistem durante a década. E no Nordeste quase 75% das crianças e adolescentes vivem em famílias que percebem até 1/2 salário mínimo *per capita*.

Outro aspecto importante observado durante os anos 80 foi o aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres.



Permanece grave a situação de pobreza familiar da população infanto-juvenil



Família e
Rendimento

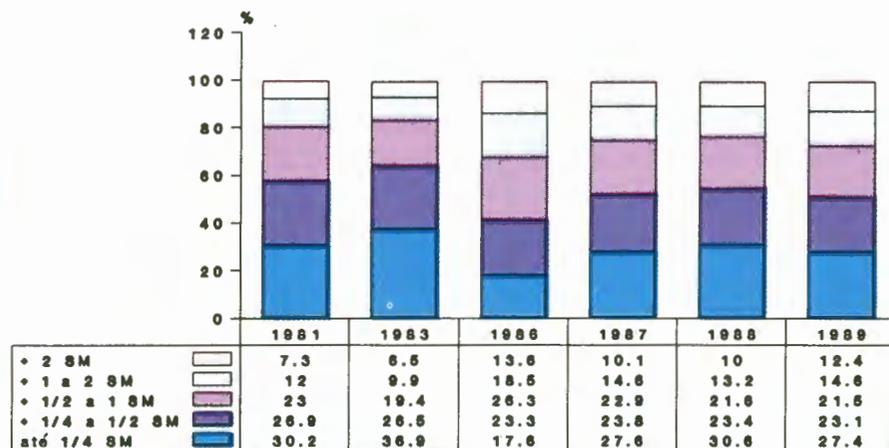
A análise da situação de rendimento das famílias em que se inserem as crianças e adolescentes revela uma variação conjuntural bastante intensa, sobretudo nos anos de 1983 e 1986, sendo que o primeiro representou o auge da crise econômica e 1986, por outro lado, constituiu um ano atípico em virtude dos efeitos do Plano Cruzado. Desta forma, 1983 foi o ano que apresentou pior situação de rendimento familiar, chegando a 63,4% a proporção de crianças e adolescentes vivendo em famílias em situação de pobreza - rendimento mensal familiar *per capita* (RMFPC) de até 1/2 salário mínimo (SM). Já em 1986 esta proporção atingiu o menor valor da década - 40,9%.

Apesar desta variação intensa, no entanto, a observação dos dados

para o conjunto da década aponta para a persistência de uma situação de pobreza familiar bastante grave, embora se perceba uma pequena redução na proporção de crianças e adolescentes em famílias com RMFPC de até 1/2 SM - de 57,1% para 50,5% entre 1981 e 1989. Também é significativa a proporção de crianças e adolescentes vivendo em famílias em situação de pobreza absoluta (RMFPC de até 1/4 de SM), 30,2% em 1981 e 27,4% em 1989.

Esta melhora no nível de rendimento familiar deve no entanto ser relativizada, quando se percebe ter ocorrido ao longo da década uma piora na distribuição de renda das pessoas com rendimento: os 50% mais pobres, que em 1981 detinham 13,4% da renda, tiveram em 1989 esta participação reduzida para 10,4%.

4 - Pessoas de 0 a 17 anos por rendimento mensal familiar *per capita* (*)
Brasil



(*) Os valores do salário mínimo estão corrigidos com base no valor de 1981, tomando como deflator o INPC.

Campo/cidade - os contrastes persistem durante a década



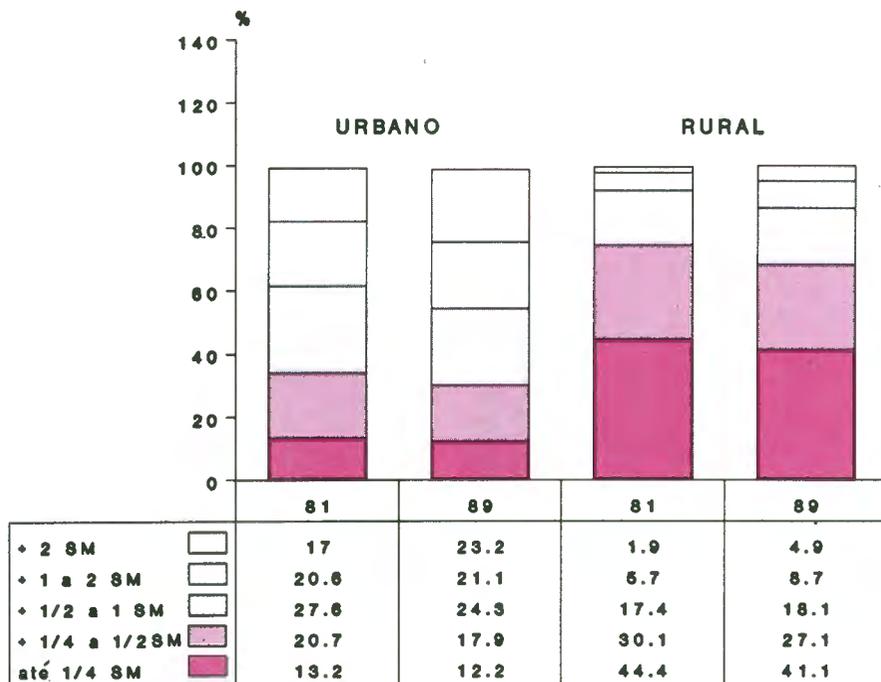
Família e
Rendimento

Quando se compara o nível de rendimento entre o meio urbano e rural, verifica-se que o da área urbana é naturalmente muito superior àquele no meio rural. Enquanto nas cidades, em 1989, é de 30,1% a proporção de pessoas de 0 a 17 anos vivendo em famílias em situação de pobreza, no campo este percentual é mais que o dobro - 68,2%.

Deve-se, no entanto, levar em consideração que na área urbana a economia é muito mais monetarizada que na rural, na medida em que, por

um lado, é muito pouco significativa na cidade a autoprodução de alimentos, tão freqüente no campo, e, por outro, o padrão de consumo é mais elevado, sendo muito maiores as pressões para o consumo e a própria necessidade de adquirir bens ou serviços, especialmente nas áreas de moradia, vestuário e transporte. Ou seja, a pobreza no campo tem um significado inteiramente diverso daquele das cidades, e a comparação entre seus níveis de rendimento deve ser bastante relativizada.

5 - Pessoas de 0 a 17 anos por rendimento
mensal familiar *per capita* - Brasil
Urbano e Rural(*)



(*) Os valores do salário mínimo estão corrigidos com base no valor de 1981, tomando como deflator o INPC.

No Nordeste, chega a 74,8% a proporção de crianças vivendo em situação de pobreza



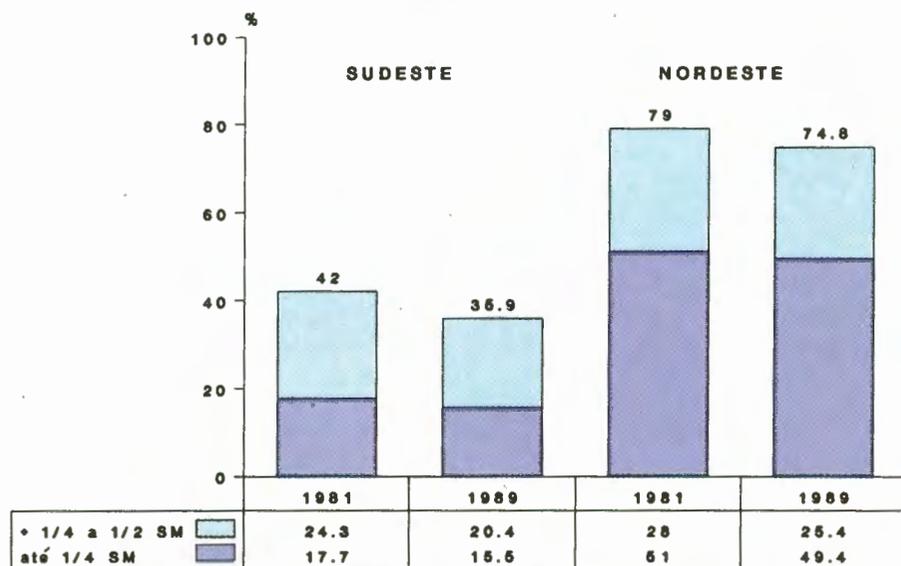
Família e
Rendimento

Na análise do nível de rendimento das famílias, a comparação entre as Regiões Nordeste e Sudeste revela uma discrepância alarmante: a proporção de crianças e adolescentes residindo em famílias em situação de pobreza (até 1/2 salário mínimo *per capita*) no Nordeste é mais que o dobro que no Sudeste: 74,8% e 35,9%, respectivamente. Quando se toma o percentual de crianças e adolescentes em famílias situadas abaixo da linha de pobreza absoluta (até 1/4 de salário mínimo de RMFPC), considerada como situação de miséria, o diferencial entre as duas regiões se revela ainda maior:

49,4% no Nordeste e 15,5% no Sudeste.

A comparação entre 1981 e 1989 indica para ambas as regiões uma pequena redução na proporção de jovens residindo em famílias com renda *per capita* de até 1/2 salário mínimo, embora mais expressiva no Sudeste que no Nordeste. Enquanto na primeira região houve uma redução de 14,5% nesta proporção (de 42,0% para 35,9%), no Nordeste esta diminuição foi de apenas 5,3% (de 79,0% para 74,8%). Ou seja, a tendência tem sido de se acentuar ainda mais o diferencial entre a situação econômica das duas regiões, que historicamente já se revelava crítico.

6 - Pessoas de 0 a 17 anos por rendimento mensal familiar *per capita*(*)



(*) Os valores de salário mínimo estão corrigidos com base no valor de 1981, tomando como deflator o INPC.



Aumentou em 30% a proporção de crianças e jovens vivendo em famílias chefiadas por mulher

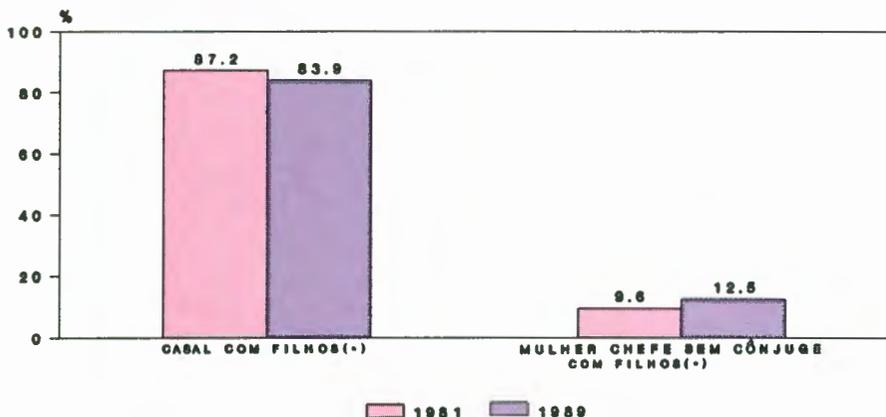
A análise dos tipos de família onde residem as crianças e adolescentes indica que a grande maioria estava inserida em famílias integradas pelo casal com filhos (com ou sem a presença de outros parentes) - 83,9% do total -, enquanto 12,5% residiam em famílias compostas pela mulher sem cônjuge com seus filhos (também com ou sem outros familiares).

A comparação com os dados de 1981 revela que vem diminuindo a proporção de crianças e adolescentes morando em famílias constituídas por casal com filhos (de 87,2% para 83,9%), enquanto por outro lado vem se elevando o percentual daquelas que residem em famílias onde falta a figura do cônjuge masculino (de 9,6% para 12,5%). Este aumento decorre de uma série de transformações que vêm ocorrendo

nos padrões familiares, sendo que o aumento no número de separações conjugais é uma das tendências mais significativas ocorridas nos últimos anos.

Principalmente nas camadas médias urbanas, a participação crescente da mulher no mercado de trabalho tem lhe assegurado relativa autonomia econômica, tornando-a menos dependente do casamento indissolúvel. Assim, as uniões conjugais tornam-se mais instáveis, menos duradouras, donde a expansão deste tipo de arranjo doméstico em que a mulher reside só com seus filhos. Nas classes de renda mais baixa, por outro lado, a instabilidade conjugal, já incorporada aos padrões familiares em virtude da própria situação de pobreza, é um fenômeno há muito tempo constatado.

7 - Pessoas de 0 a 17 anos
por alguns tipos de família - Brasil



Fonte: PNAD
(*) inclui famílias com ou sem outros parentes.

A falta da figura do pai determina uma situação de pobreza familiar particularmente grave



Família e
Rendimento

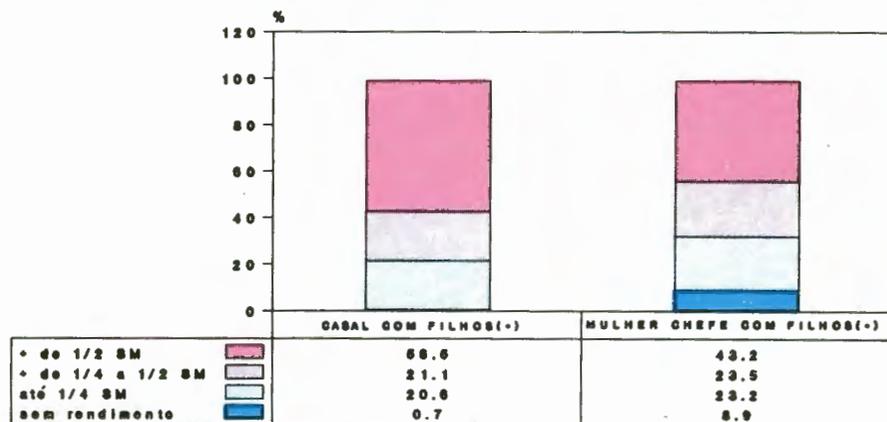
A comparação entre o nível de rendimento das famílias chefiadas por mulher e o daquelas integradas pelo casal com filhos revela uma situação bem mais desvantajosa para as primeiras: em 1989, enquanto a proporção de crianças e adolescentes residindo em famílias compostas pela mulher com filhos era de 56,5% na faixa até 1/2 salário mínimo de RMFPC, no caso daqueles residindo em famílias de casal com filhos este percentual era de 43,2%. De fato, estas famílias em que falta a figura do marido/pai encontram dificuldades particularmente grandes na luta pela subsistência. A mulher, sobretudo quando os filhos são pequenos, encontra dificuldades adicionais de inserção regular no mercado de trabalho. Além disso, a remuneração que consegue obter

através do trabalho é normalmente muito inferior à do homem.

A consequência para os filhos é que estes terão provavelmente menores chances de escapar do círculo da pobreza, na medida em que deverão mais cedo participar do mercado de trabalho para complementar o orçamento doméstico, abandonando precocemente a escola, e tendendo, desta forma, a reproduzir o padrão de miséria.

Esta afirmação pode ser ainda confirmada quando se analisam os dados sobre os níveis de escolaridade dos jovens residentes nas famílias de casal com filhos e de mulher com filhos: enquanto para os primeiros na faixa de 15 a 17 anos, por exemplo, é de 22,2% a proporção daqueles com oito anos ou mais de estudo, nas famílias de mulher com filhos este percentual se reduz para 16,5%.

8 - Pessoas de 0 a 17 anos por alguns tipos de família, segundo o rendimento familiar *per capita* - Brasil - 1989



Fonte: PNAD
(-) inclui famílias com ou sem outros parentes.

Saúde e Saneamento

Apesar de ter ocorrido uma queda das taxas de mortalidade infantil durante a década, a situação ainda é preocupante. No Nordeste, a diarreia - doença facilmente controlável - é ainda a causa mais freqüente de morte entre as crianças menores de um ano.

A influência que as condições de saneamento básico têm sobre a saúde da população é notória e há bastante tempo comprovada. Os dados da PNAD revelam a situação precária em que o Brasil se encontra: menos da metade da população infanto-juvenil vive em domicílios com esgotamento sanitário inadequado.





A mortalidade por diarréia ainda é a responsável pela maioria das mortes em menores de um ano no Nordeste

Ao longo da última década, a mortalidade infantil vem declinando graças ao aumento da cobertura de ações como a terapia de reidratação oral, controle das infecções respiratórias agudas e incentivo ao aleitamento materno. No entanto, apesar da tendência de queda, a mortalidade por diarréia ainda é responsável pela maioria das mortes de menores de um ano na Região Nordeste.

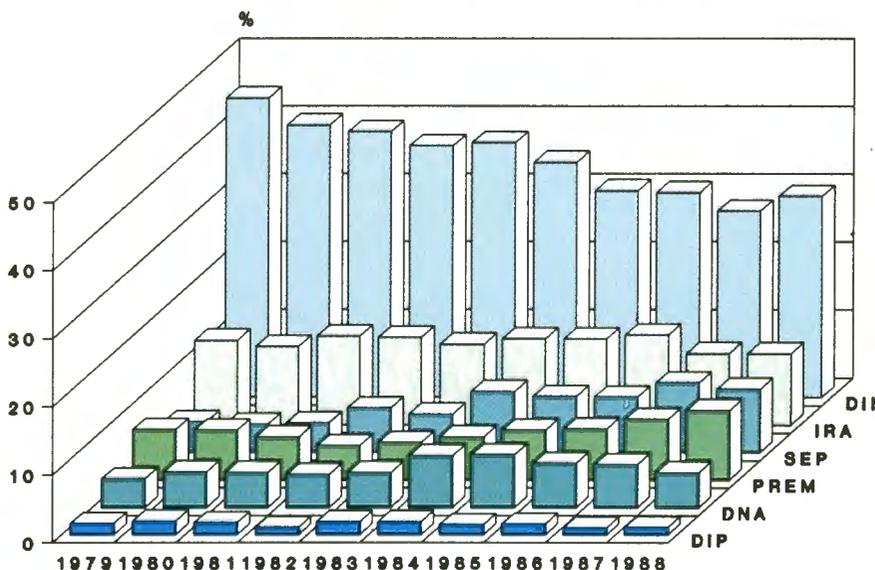
Neste período, ao mesmo tempo em que é possível verificar uma tendência de redução da mortalidade por diarréia, infecções respiratórias agudas e doenças imunopreveníveis, nota-se, por outro lado, uma tendência de aumento nas de mais difícil controle.

A tendência de queda da mortalidade por prematuridade, septicemia e desnutrição, que vinha ocorrendo até 1982, começa a reverter a partir daquele ano.

Estas últimas causas requerem para sua redução melhoria da qualidade da atenção à saúde e melhoria geral das condições de vida da população, mais onerosas e difíceis de serem obtidas.

DII	Doenças infecciosas intestinais
IRA	Infecções respiratórias agudas
SEP	Septicemia
PREM	Prematuridade baixo peso ao nascer e má nutrição
DNA	Deficiências nutricionais e anemias carenciais
DIP	Doenças imunopreveníveis

9 - Mortalidade infantil proporcional por alguns grupos de causas - Nordeste



A instrução da mãe é determinante da mortalidade infantil



Saúde e Saneamento

O nível de instrução da mãe, associado às condições sócio-econômicas, exerce grande influência nos índices de mortalidade infantil.

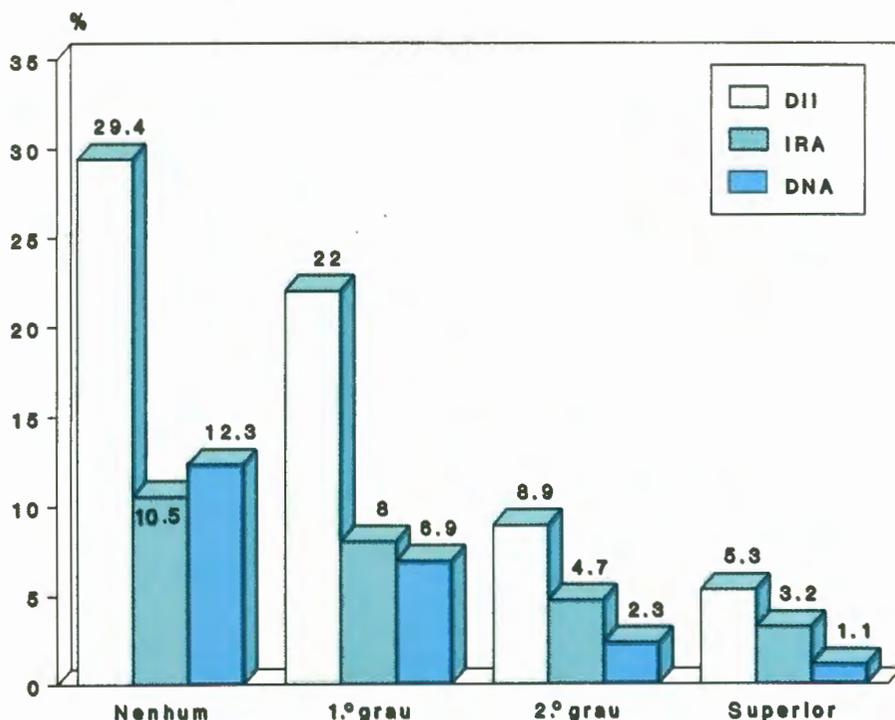
Esta diferença é especialmente marcante quando se compara a mortalidade por doenças como a diarreia, as infecções respiratórias e a desnutrição entre mães com nenhum grau de instrução, nível primário, secundário ou superior.

Por outro lado, com relação às patologias como afeções respiratórias

do recém-nascido ou anomalias congênitas, nota-se a tendência de aumento proporcional, na medida em que melhora o grau de instrução, pois se reduzem as mortes por doenças facilmente evitáveis, como as citadas anteriormente.

DII	Doenças infecciosas intestinais
IRA	Infecções respiratórias agudas
DNA	Deficiências nutricionais carenciais

10 - Mortalidade infantil proporcional por algumas causas, segundo instrução da mãe - Nordeste - 1987





A qualidade do estado nutricional das crianças depende fundamentalmente da instrução das mães

Desde 1975, quando o Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF - investigou aspectos quantitativos e qualitativos do estado nutricional das famílias brasileiras, nenhuma outra pesquisa de âmbito nacional foi realizada nesta área.

Para preencher esta lacuna, o IBGE, INAN, IPLAN e IPEA realizaram, em 1989, a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição. Este levantamento revela informações bastante interessantes sobre a situação nutricional das crianças brasileiras.

Selecionaram-se para a presente publicação informações sobre a desnutrição em crianças menores de cinco anos. Pela classificação de Gomez, avaliou-se o estado de desnutrição das crianças tendo em vista a instrução da mãe.

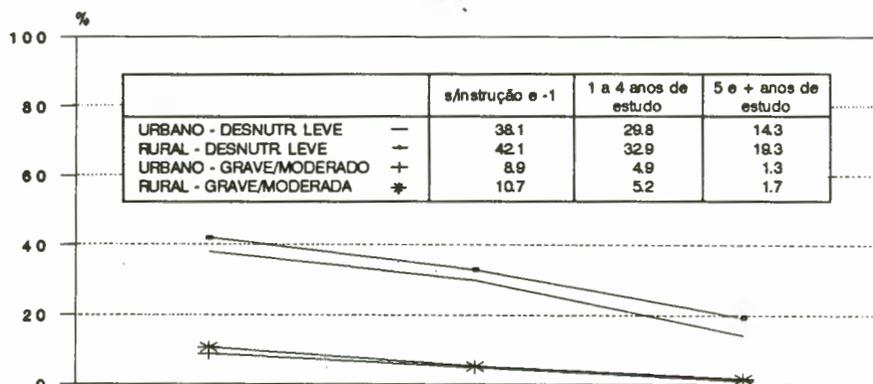
Os dados mostram que tanto no meio urbano como no rural, quanto

mais instruídas as mães, menores são os índices de desnutrição.

Tanto é assim, que para as crianças cujas mães tinham cinco ou mais anos de estudo, as formas de desnutrição grave ou moderada reduzem-se a 1,5%. Já para aquelas crianças cujas mães não tinham instrução, a desnutrição em suas formas graves ou moderadas permanece em torno de 10%. Estes graus de desnutrição são aqueles que trazem as piores conseqüências para o desenvolvimento físico e mental das crianças.

Assim, é possível perceber a importância de programas que orientem as mães quanto às maneiras de prevenir a desnutrição, mostrando-lhes, entre outras formas, a importância da amamentação no peito, a necessidade de uma alimentação adequada após o desmame e também quanto à higiene no preparo dos alimentos.

11 - Desnutrição em menores de 5 anos por anos de estudo das mães, segundo a situação do domicílio - Br. Urbano/Rural 1989



Fonte: Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição.

No Brasil, 60% das crianças menores de um ano vivem em domicílios sem saneamento adequado



Saúde e Saneamento

A condição de saneamento do domicílio é uma variável bastante eficaz quando se quer avaliar a situação sócio-econômica em que vivem as crianças e adolescentes brasileiros. Pode-se dizer que, de fato, as condições de saneamento têm correlação direta com os índices de mortalidade infantil e com o desenvolvimento global da criança. A deficiência de saneamento básico favorece a contaminação dos alimentos, aumentando o risco de doenças infecciosas que freqüentemente se associa à desnutrição, debilitando o organismo das crianças.

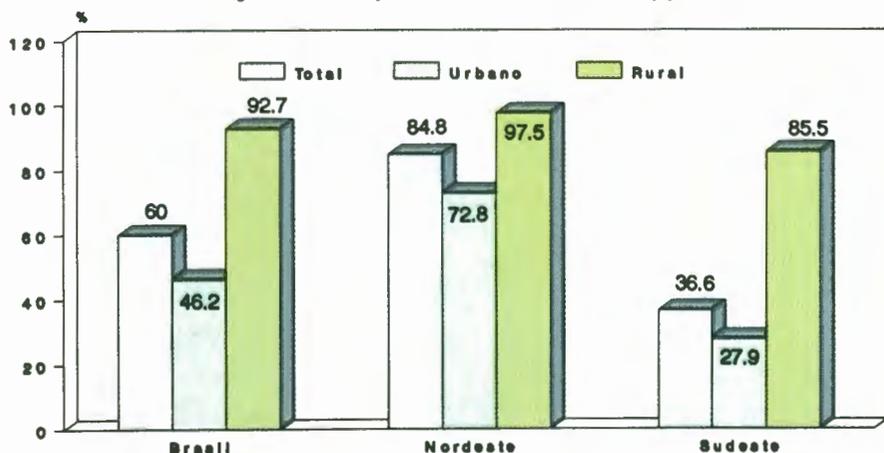
Em 1989, no conjunto do País, 60% das crianças menores de um ano de idade viviam em domicílios cujas condições de saneamento eram inadequadas. Quando se analisa esta questão através da situação do

domicílio, verifica-se que o Brasil rural apresenta um alto índice de inadequação.

A comparação regional mostra que as crianças nordestinas menores de um ano encontram-se em absoluta desvantagem em relação a este mesmo grupo etário no Sudeste, principalmente nas áreas urbanas; nas cidades do Nordeste mais de 70% destas crianças vivem em domicílios sem saneamento adequado, enquanto que no Sudeste a proporção fica em torno de 28%.

Estes dados revelam grandes diferenças entre os indicadores para o meio urbano e rural. Entretanto, é necessário relativizá-las, tendo em vista que na cidade os grandes aglomerados e a degradação ambiental têm um efeito negativo maior sobre a saúde da criança do que no campo.

12 - Pessoas de menos de 1 ano de idade por situação de domicílio e condições inadequadas de saneamento(*) - 1989



(*) Domicílios com rede geral de esgoto ou fossa séptica e/ou rede geral de água com desinfecção interna.



Apenas 53,6%, pouco mais da metade da população infanto-juvenil, bebem água filtrada

As variáveis consideradas fundamentais para avaliar as condições de adequação dos domicílios referem-se ao esgotamento sanitário, abastecimento de água, destino do lixo, posse do filtro e luz elétrica.

A PNAD 89 revela que a situação das crianças e adolescentes brasileiras em relação a estes aspectos é bastante precária. Os dados mostram (Gráfico 13) que apenas metade desta população usufrui destes serviços.

Quando se comparam os índices em relação aos meios urbano e rural, as diferenças são gritantes. No entanto, é necessário levar em consideração que nas áreas rurais ainda existem recursos ambientais que minimizam estas dificuldades.

A importância do saneamento básico, os resultados maléficos da inadequação desses serviços são bastante conhecidos. A água, elemento básico na vida da população, é o mínimo indispensável para sobrevivência. Se o esgoto não é tratado, o lixo não é coletado, se a água não é encanada - em que condições se reproduz a população?

O Gráfico 14 mostra como as crianças e jovens da Região Nordeste estão em relação a estes aspectos. É a região com os mais baixos índices de adequação em se tratando de

saneamento básico. Apenas 22,6% das crianças e adolescentes nordestinos têm seus domicílios ligados à rede geral de esgoto ou possuem fossa séptica.

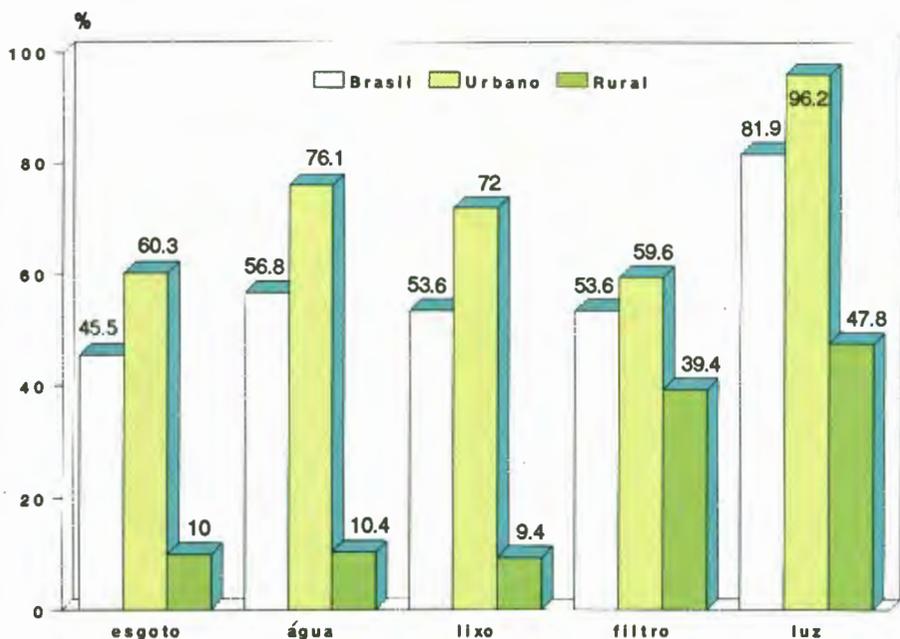
Quanto ao abastecimento de água, a situação é menos pior, porém ainda bastante grave: 34% têm seus domicílios ligados à rede geral de água e com canalização interna.

Outras informações levantadas pelo IBGE, através da Pesquisa Nacional sobre Saneamento Básico feita em todo o território Nacional, em 1989, vem confirmar a precariedade das condições de esgotamento sanitário em todo o País.

Dados preliminares desta pesquisa mostram que dos 4 425 municípios brasileiros somente 47,28% possuem rede coletora de esgoto, sendo que apenas 7,9% dos municípios é aplicado algum tratamento ao esgoto. Nestes municípios cujo esgotamento sanitário recebe algum tipo de tratamento, apenas 1% possui ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), isto é, a forma adequada de tratamento por ter eficiência de remoção de carga orgânica considerada satisfatória.

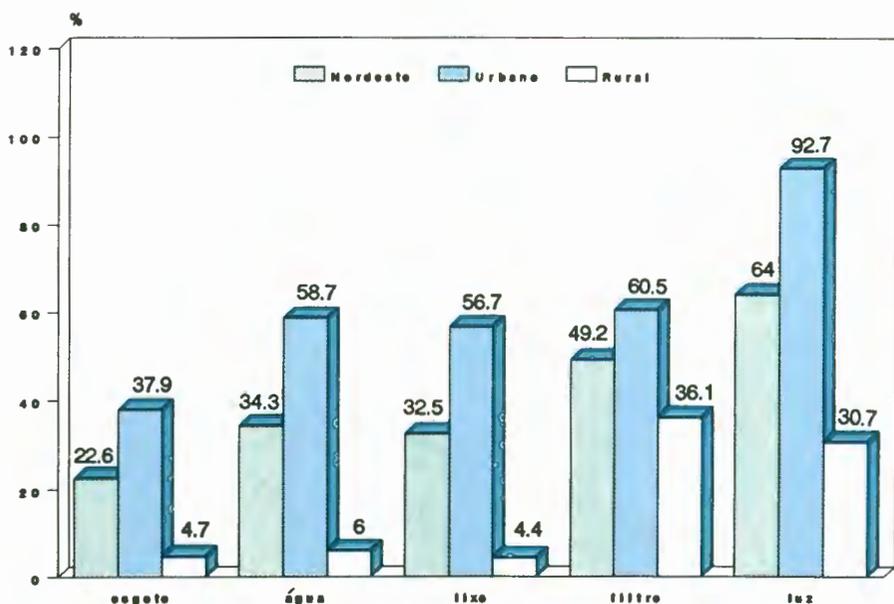
Se a situação nacional é preocupante, a situação nordestina é de extrema urgência. A necessidade de ações mais incisivas por parte do Estado se faz premente.

13 - Pessoas de 0 a 17 anos por situação do domicílio e algumas condições do domicílio - Brasil - 1989



Fonte: PNAD

14 - Pessoas de 0 a 17 anos por situação do domicílio e algumas condições do domicílio - Nordeste - 1989



Fonte: PNAD

Educação

Apesar de as taxas de escolarização relativamente altas, a situação educacional das crianças e adolescentes é bastante precária. Da observação dos dados da PNAD e do MEC, pode-se perceber os grandes problemas do sistema de ensino vigente durante a última década. Elevadas taxas de repetência e de evasão se fazem notar, poucos conseguem completar o primeiro grau e constatam-se, ainda, grandes defasagens entre as áreas urbanas e rurais.



Cresce a escolarização das crianças e jovens durante os anos 80



Educação

Conforme tendência já apontada no volume anterior desta publicação, é inegável o aumento que vem ocorrendo na frequência à escola durante os anos 80. Esta expansão deveu-se possivelmente ao crescimento da oferta de vagas no sistema escolar causada pela pressão da demanda criada pela intensificação do processo de urbanização ocorrido na década. Segundo informações levantadas pela PNAD, um dos aspectos que evidenciam essa expansão, por exemplo, foi o crescimento do número de professores de 1.º grau. Em 1981, o Brasil contava com 825 253 professores de ensino de 1.º grau, em 1989 este número passou para 1 268 403, representando um aumento maior que 50%.

No período em questão, verifica-se que para algumas faixas etárias esse crescimento não ocorreu de forma tão acelerada.

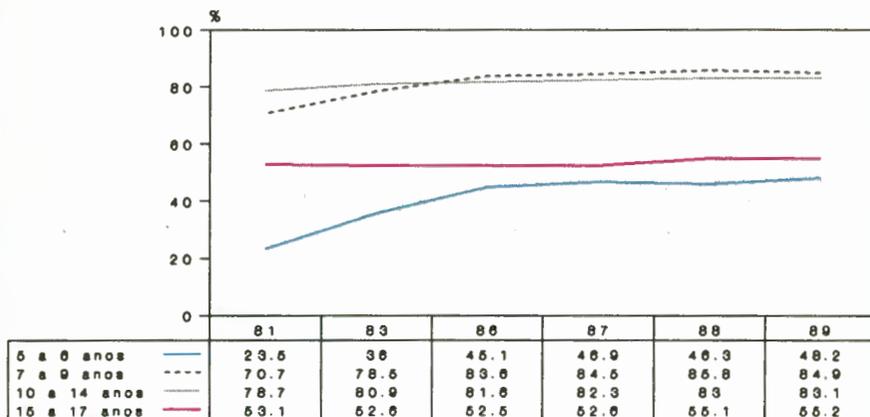
A frequência à pré-escola, faixa de 5 a 6 anos, demonstrou maior crescimento, passando de 23,5% em 1981 para 48,2% em 1989.

Esse crescimento parece ser resultado da implementação de políticas de atendimento ao pré-escolar, sobretudo na instância municipal. Segundo dados do MEC, houve um expressivo aumento da oferta de vagas para esta faixa etária.

Em relação aos grupos de 7 a 9 e de 10 a 14 anos a frequência à escola também aumentou e, em 1989, em torno de 85% desses jovens estavam freqüentando a escola.

Quanto aos adolescentes de 15 a 17 anos, não houve, durante todo esse tempo, nenhuma mudança significativa. A taxa de escolarização deste grupo era bastante baixa em 1981 - 53,1% - e continuou em 1989 na ordem dos 55%.

15 - Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos por grupos de idade
Brasil





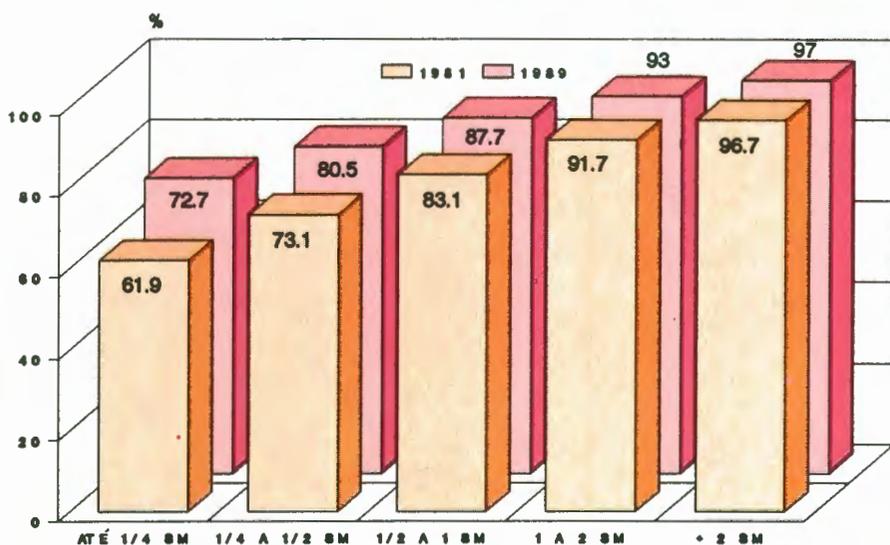
Em 1989, cresceu cerca de 20% a taxa de escolarização das crianças e jovens mais pobres em relação ao início da década

Quando se analisa a taxa de escolarização das crianças e adolescentes através da renda familiar, nota-se que, na medida em que a renda aumenta, a escolarização também tende a crescer.

Além disso, observa-se que houve, ao longo da década, um aumento das taxas de escolarização para todas as classes de renda. Entretanto, verifica-se que o crescimento relativo das taxas de escolarização foi maior nas classes de renda mais baixa (até 1/4 SM *per capita* a proporção passou de 61,9% em 1981 para 72,7% em 1989).

Sabe-se que outros fatores familiares também têm efeitos sobre a escolarização dos jovens como, por exemplo, o grau de instrução dos pais. Não obstante, a renda é um elemento fundamental para a compreensão do fenômeno. Observa-se que, apesar de a frequência à escola ter aumentado mais para os mais pobres ao longo da década, são ainda as crianças destas famílias que permanecem fora da escola em maior proporção: nas classes de rendimento de mais de 2 SM *per capita* 97% das crianças estavam frequentando escola em 1989, enquanto nas classes até 1/4 SM esta proporção cai para 72,7%.

16 - Taxa de escolarização de pessoas de 7 - 14 anos por rendimento mensal familiar *per capita*(*) - Brasil



(*) Os valores de salário mínimo estão corrigidos com base no valor de 1981, tomando como deflator o INPC.



Durante os anos 80, enquanto o sistema se expandia não houve melhoria nos índices de reprovação, evasão e promoção

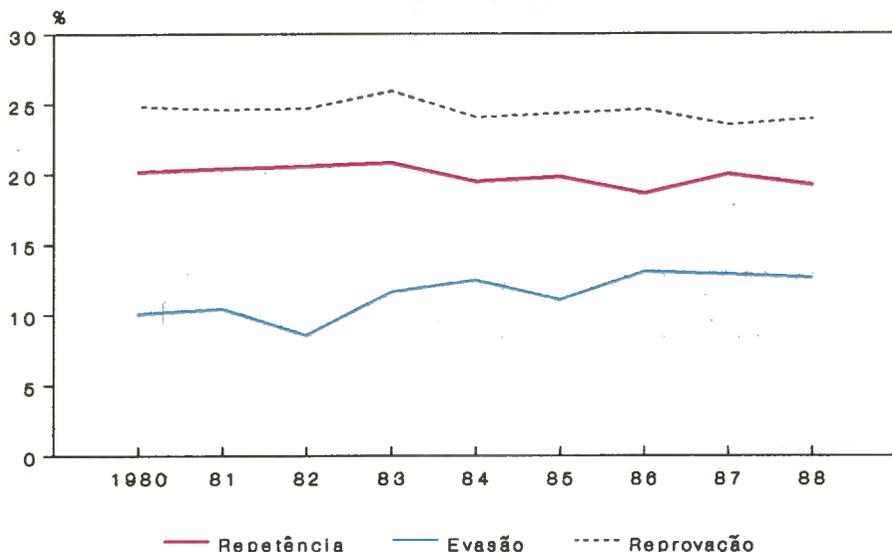
A repetência, a evasão e a promoção mantiveram-se praticamente constantes durante a década de 80, revelando que não houve mudanças nos níveis de eficiência do sistema escolar. O comportamento destes indicadores é coerente com o observado neste mesmo período, caracterizado em geral por uma estagnação econômica acompanhada por momentos de profunda crise e reativação da economia.

A proporção de repetentes mantém-se em torno dos 20% para o conjunto do País, enquanto a evasão imediata começa a década com uma taxa de 10% e aumenta para 13% aproximadamente no seu final. Os que não conseguem aprovação

representam cerca de 1/4 das matrículas existentes no final do ano.

A conjugação destes fatores conduz ao fracasso escolar da maioria dos estudantes, ao mesmo tempo em que revela uma acentuada seletividade do sistema educacional. Em geral, suas principais causas são: falta de condições sócio-econômicas para permanecer na escola; mudanças frequentes de domicílio, em função da instabilidade do mercado de trabalho dos Pais; ingresso precoce da criança e do adolescente no mercado de trabalho; inadequação da escola à sua clientela majoritária e estabelecimento de padrões avaliativos que discriminam e estigmatizam o aluno pobre.

17 - Indicadores de atraso educacional
Brasil - 1980-1988





Dos alunos da 1.^a série que permanecem no sistema, 1/4 não alcança aprovação

Apesar de o ensino fundamental apresentar-se como um *continuum* de oito séries, os pontos de estrangulamento continuam sendo a 1.^a (início da alfabetização para maioria dos alunos) e a 5.^a séries (por manter ainda o perfil de início da segunda etapa da escolarização), ou seja, mantém-se clara a dicotomia entre primário e ginásio já extintos.

De acordo com o Gráfico 18, observa-se que, durante a década de 80, as taxas de repetência foram, em geral, mais elevadas na 1.^a série do que na 5.^a Por outro lado, constata-se, também, que estas taxas não diferem muito regionalmente.

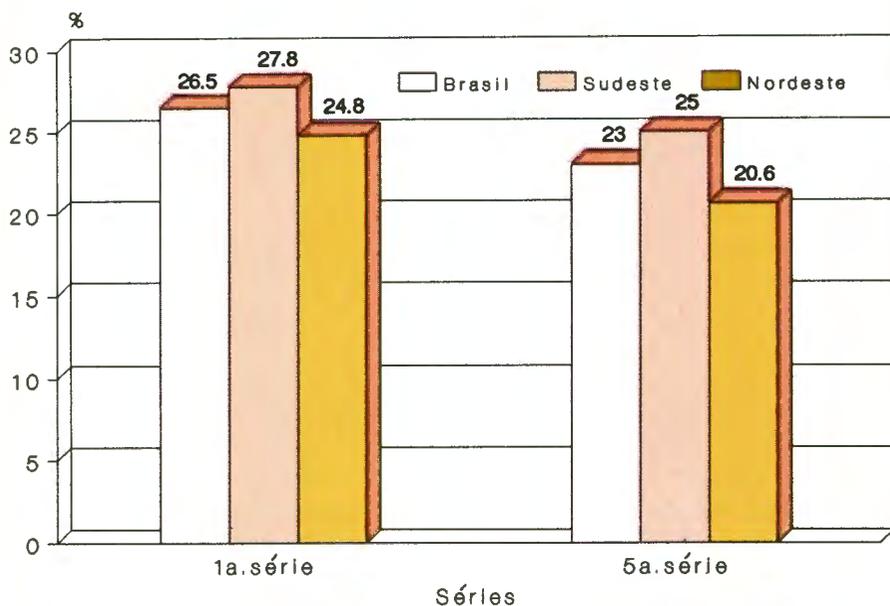
As taxas de repetência no Sudeste, tanto na 1.^a como na 5.^a, são mais elevadas do que no Nordeste. Este aparente paradoxo explica-se pelo fato de os alunos do Sudeste permanecerem em média mais tempo no sistema, enquanto no Nordeste o processo de exclusão ocorre mais cedo. No Sudeste, mesmo os alunos evadidos ainda conseguem fazer quatro séries o que lhes assegura maior probabilidade de uma alfabetização mais duradoura.

As diferenças estaduais já são bem mais acentuadas, embora dependam muito da política de aprovação determinada pelas Secretarias de Educação. Em Santa Catarina, por exemplo, a taxa de repetência foi de 20,4% na 1.^a série e de 7,4 na 5.^a série, revelando operar no estado um sistema de ensino mais eficiente nos primeiros anos de escolarização. No Ceará, esta taxa foi de 19,2% e 15,6%, respectivamente na 1.^a e na 5.^a séries. A situação do Piauí é bem mais problemática, uma vez que apresentou as taxas mais altas de repetência durante a década de 80.

A reversão deste quadro somente será possível caso forem adotadas medidas para aprimorar a qualidade educacional. Nesse sentido, seria necessário:

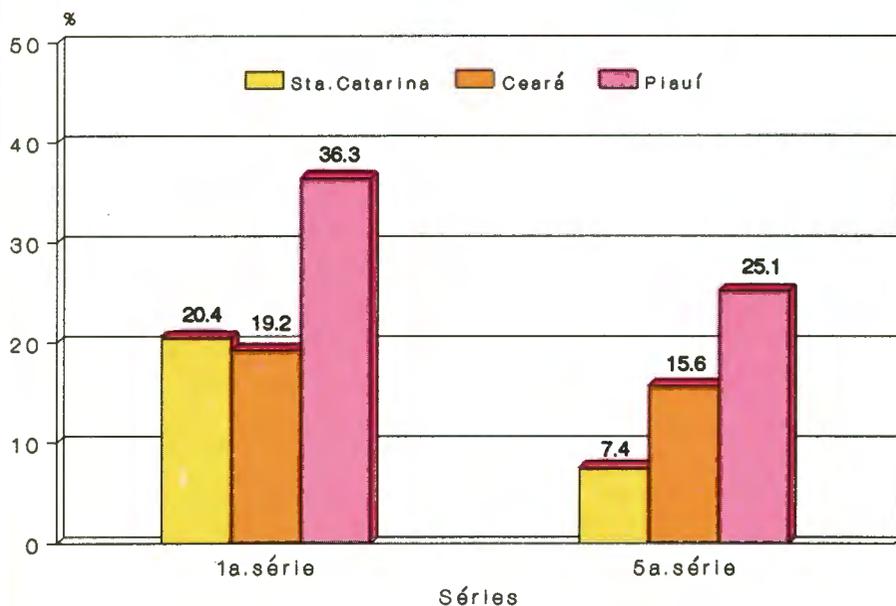
- a) eliminar os turnos intermediários, o que por si só implicaria na criação de mais 3 milhões de novas vagas;
- b) melhorar os insumos oferecidos, tais como recursos humanos, materiais e rede física; e
- c) adotar a estratégia de ciclo básico, ou seja, de 2 a 4 anos de alfabetização contínua e ininterrupta, não condicionada à seriação.

**18 - Taxa média de repetência na
1.ª e 5.ª séries do ensino fundamental
Década de 80**



Fonte: CIP/SEEC/MEC

**19 - Taxa média de repetência na
1.ª e 5.ª séries do ensino fundamental
Década de 80**



Fonte: CIP/SEEC/MEC



A evasão continua a ser um fenômeno constante na vida escolar dos alunos no ensino fundamental

As taxas de evasão no ensino fundamental são elevadas, caracterizando perdas irremediáveis para o sistema educacional. Estas taxas apresentam-se claramente diferenciadas tanto por séries como por regiões do País.

Considerando a 1.^a a 5.^a séries como pontos de observação da taxa de evasão, verifica-se que na 1.^a série as proporções são bastante diferentes. Durante a década de 80, no Brasil como um todo, a evasão na 1.^a série do ensino fundamental alcança 25,6%. No Sudeste este valor cai para 10,2%, enquanto no Nordeste sobe para 39,8%. Várias explicações costumam ser dadas para esta elevada taxa no Nordeste, prevalecendo as de cunho sócio-econômico, falta de motivação para permanecer na escola, distância entre residência e escola e baixo nível educacional. Na 5.^a série, não se verificam grandes diferenças entre as regiões. No entanto, é importante observar que a partir da 5.^a série a maior parte dos alunos que tinham que sair por força de todos os fatores antes mencionados, que levam à seletividade da escola, já saíram. Os que permanecem são os mais bem situados sócio-economicamente ou os que, por qualidades pessoais, conseguiram vencer os obstáculos.

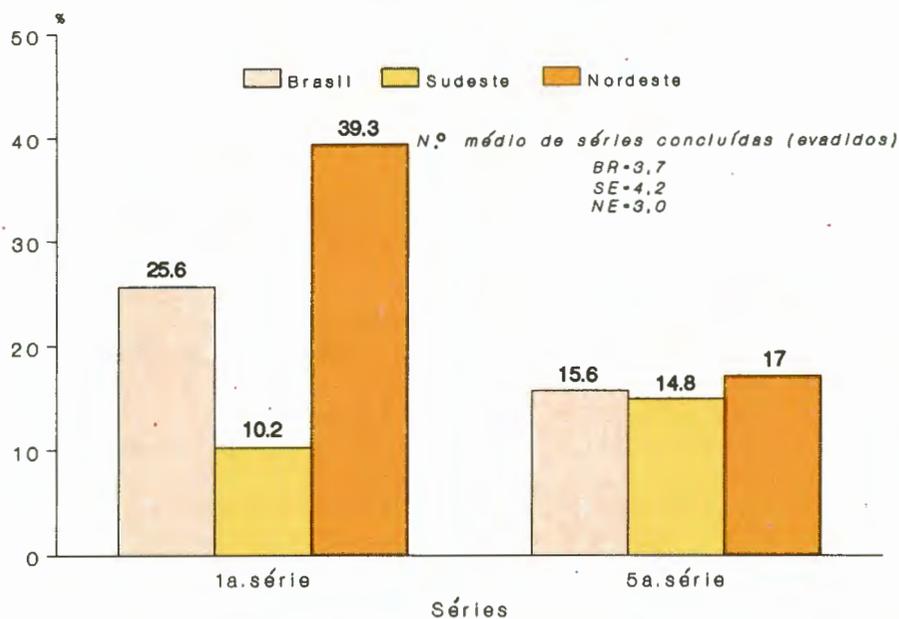
O que surge como principal constatação da comparação entre o Nordeste e o Sudeste, é que na primeira região o sistema expulsa o

aluno logo na entrada, sendo poucos aqueles que conseguem ultrapassar este ciclo. Este processo faz com que o número médio de séries concluídas pelos evadidos no Nordeste (3,0) seja significativamente menor do que no Sudeste (4,2).

As diferenças são também bastante acentuadas entre os estados. Em termos de evasão, o Estado do Ceará apresenta uma taxa de 43,9% na 1.^a série, seguido do Piauí com 33,9%. Já Santa Catarina apresenta uma evasão seis vezes menor do que o Ceará e quase cinco vezes menor do que o Piauí. Na 5.^a série, as taxas de evasão nos dois estados do Nordeste praticamente se equivalem, situando-se em torno de 19%, enquanto em Santa Catarina foi de 10,8%. Outra diferença marcante é o número médio de séries concluídas pelos evadidos nestes estados: durante os anos 80, em Santa Catarina o número médio de séries concluídas pelos evadidos (3,9) é bem maior do que no Ceará e Piauí (2,9).

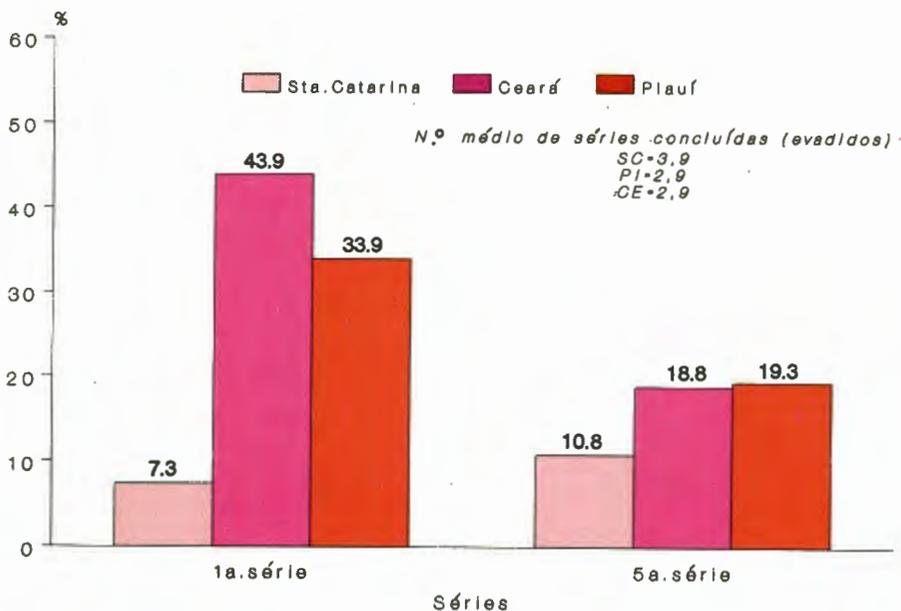
Estudos recentes têm correlacionado a evasão às múltiplas repetências dos alunos, especialmente nas primeiras séries. Esta má experiência tem como consequência o abandono escolar, uma vez que tanto o aluno quanto seus pais desistem de continuar tentando um nível educacional mais elevado. Outra consequência grave da repetência é a defasagem série-idade que faz com que o aluno se sinta desadaptado ao grupo.

20 - Taxa média de evasão na
1.ª e 5.ª séries do ensino fundamental
Década de 80



Fonte: CIP/SEEC/MEC

21 - Taxa média de evasão na
1.ª e 5.ª séries do ensino fundamental
Década de 80



Fonte: CIP/SEEC/MEC

De cada mil alunos novos, pouco mais de 25% conseguem concluir a 8.^a série



Educação

O perfil de evolução de uma coorte de alunos no sistema educacional apresenta-se com forte declínio, refletindo, desta forma, as altas taxas de evasão e repetência anteriormente analisadas.

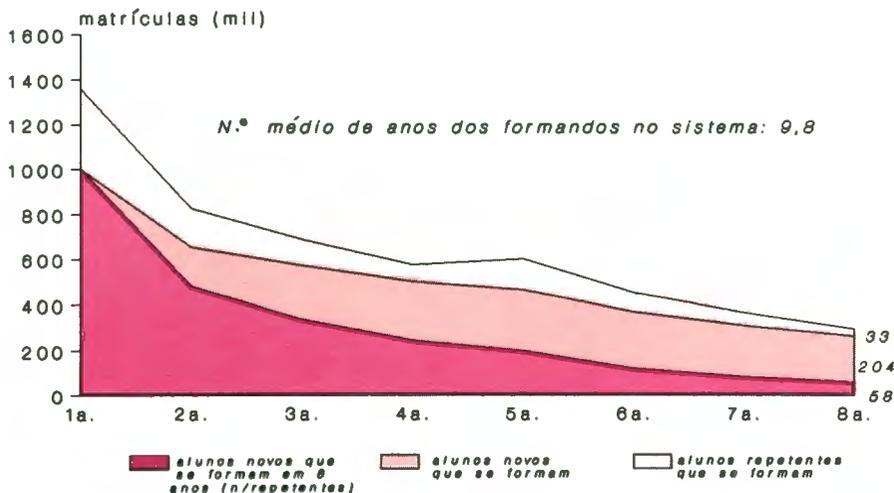
Estas altas taxas de repetência fazem com que, para cada mil matrículas na 1.^a série, devam ser criadas 360 a mais, em face da demanda acumulada criada por aqueles que repetiram.

Quando se consideram os alunos novos que entram na 1.^a série, de cada mil apenas 58 o fazem em oito anos sem repetência e 204 se formam em mais de 8 anos (repetindo alguma série). Quando no conjunto de matriculados no início do ano se incluem os repetentes, a proporção dos que concluem a 8.^a série cai para 21,7%.

Em outras palavras, dos repetentes, para os quais o sistema educacional foi obrigado a criar novas vagas, apenas 50% conseguem atingir a 2.^a série e menos de 10% conseguem alcançar a 8.^a série. Como consequência, os estudantes do ensino fundamental, que conseguem concluir esse nível, necessitam de aproximadamente 9,8 anos de estudo.

Tais dados mostram que, no Brasil, a possibilidade de que a educação seja um instrumento para atingir níveis mais elevados de desenvolvimento econômico e bem-estar social está seriamente comprometida, tendo em vista os resultados tão insatisfatórios do sistema educacional.

22 - Coorte de alunos Brasil - Década de 80



Fonte: CIP/SEEC/MEC

São grandes as diferenças de aproveitamento escolar entre as regiões do país



Educação

A média de anos de permanência dos alunos da área urbana no sistema escolar é de 9,8 anos para concluir as oito séries do ensino fundamental, verificando-se uma ligeira diferença para os alunos da área rural - 9,5.

Contudo, se de cada mil alunos urbanos que ingressam na escola cerca de 450 terminam a 8.^a série, o mesmo não acontece no meio rural, onde apenas 15 conseguem este intento. Essa grande diferença no desempenho dos alunos na área rural decorre em grande parte, do fato da escola nessa área ser multisseriada e de um único professor, e principalmente, por não oferecer além da 5.^a série. O ensino fundamental praticamente se conclui com as quatro primeiras séries, restringindo as oportunidades educacionais para um número muito significativo de crianças e adolescentes.

Além destas diferenças de estrutura de oferta do sistema educacional, é importante destacar que a taxa de evasão da 1.^a série - 40,7% - na área rural é muito superior àquela verificada no meio urbano - 14,1%.

Outra observação importante é que, embora as taxas de repetência nas quatro primeiras séries sejam muito semelhantes em ambos os contextos, na área urbana os alunos evadidos concluem em média seis séries, enquanto na área rural conseguem apenas cursar 2,4 séries.

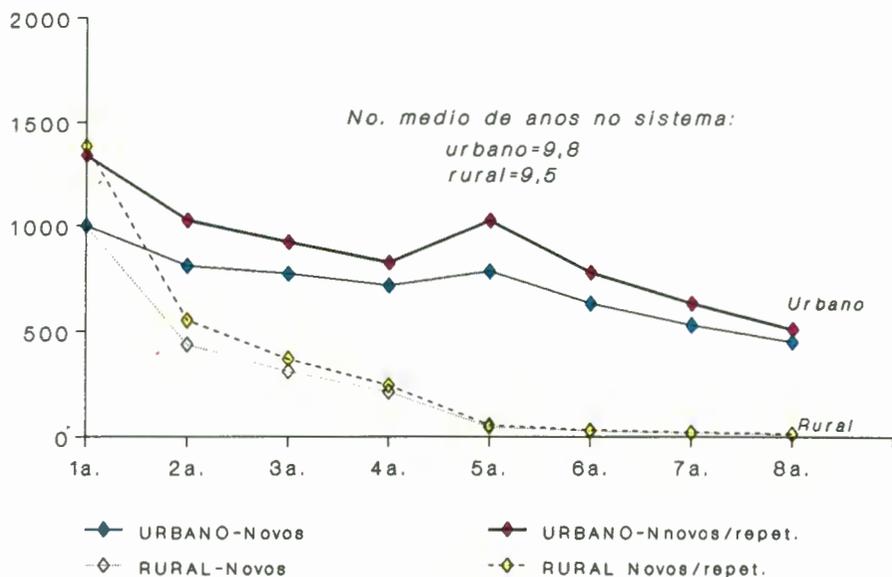
As Regiões Sudeste e Nordeste guardam muita semelhança com a média nacional no que se refere ao número médio de anos de permanência dos alunos que se formam no ensino fundamental e no número de séries concluídas por estes mesmos alunos.

As diferenças regionais, contudo, mostram-se claramente no fluxo escolar. No Nordeste, por exemplo, a perda de alunos na passagem da 1.^a para a 2.^a série é de pouco mais de 50%, ficando em 15% no Sudeste. Enquanto nessa região cerca de 73% dos alunos concluem a 4.^a série, no Nordeste essa proporção não ultrapassa os 30%. Finalizam a 8.^a série cerca de 40% dos alunos no Sudeste e apenas 15,7% no Nordeste.

Vale ainda ressaltar que os alunos evadidos do sistema no Sudeste conseguem concluir em média 4,2 séries, enquanto no Nordeste estes alunos apenas concluem três séries.

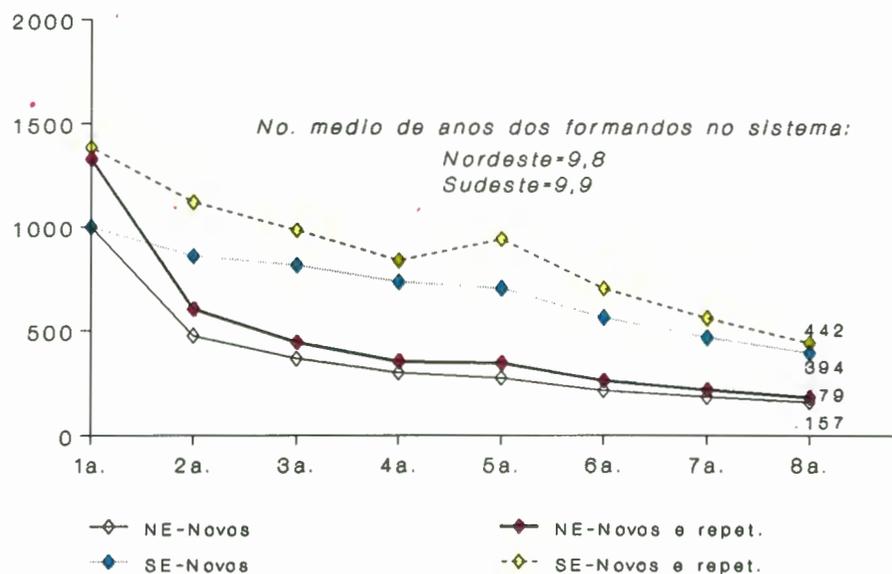
Tais dados mostram que, no Brasil, a possibilidade de que a educação seja um instrumento para atingir níveis mais elevados de desenvolvimento econômico e bem-estar social está seriamente comprometida tendo em vista resultados tão insatisfatórios do sistema educacional.

**23 - Coorte de alunos
Brasil Urbano e Rural
Década de 80**



Fonte: CIP/SEEC/MEC

**24 - Coorte de alunos
Nordeste e Sudeste
Década de 80**



Fonte: CIP/SEEC/MEC



Repetência e evasão escolar foram as maiores responsáveis pela baixa eficiência do sistema educacional

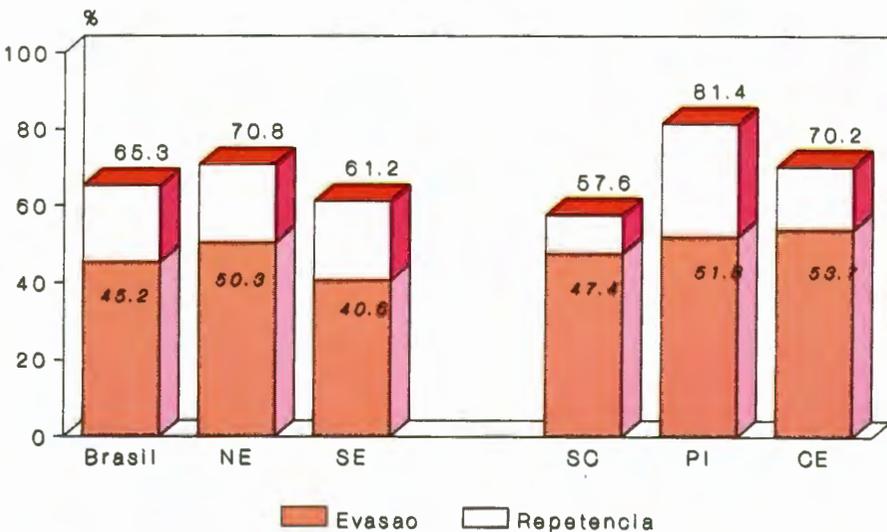
Em média, no Brasil, na década de 80, de cada três crianças e adolescentes matriculados em qualquer série do ensino fundamental, apenas uma havia concluído a série anterior; as outras duas matrículas deveriam-se a alunos repetentes ou evadidos que retornaram à escola (65,3%). Isto significa que, por cada formando, o sistema educacional brasileiro gasta 23 matrículas-ano. No Sudeste esta relação é de 20,6 enquanto no Nordeste sobe para 27,4.

Estes fatos demonstram a baixa eficiência do sistema educacional, ou seja, o custo aluno-ano acaba sendo muito maior uma vez que se despende a maior parte dos recursos

disponíveis com quem não conseguiu progredir e/ou está retornando à escola para uma nova tentativa de aproveitamento escolar.

Considerando a correlação entre o aumento da carga horária e a redução da repetência e da evasão, pode-se inferir que o custo para ampliar a carga horária (por exemplo para 6 ou 8 horas diárias) seria, possivelmente, compensado, a longo e médio prazos, pelo que se gasta atualmente para manter a ineficiência do sistema, tanto em termos de anos despendidos numa mesma série quanto em termos de perda de alunos. Esta ineficiência redundava entre outras coisas na ampliação dos índices de analfabetismo absoluto e funcional.

25 - Matrículas-ano despendidas com evadidos e repetentes no ensino fundamental
Década de 80



A escola pública perde em eficiência para a particular



Educação

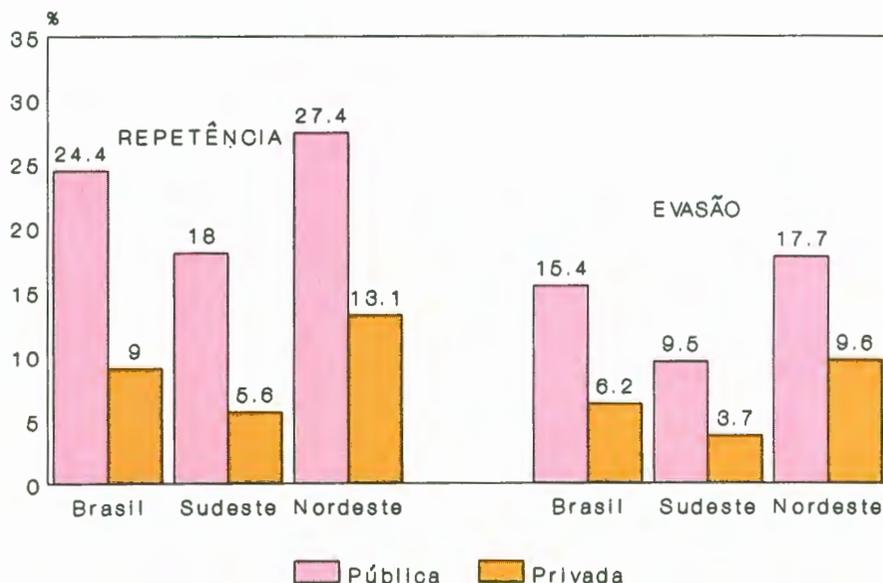
A eficiência do ensino fundamental, quando medida pela taxa de evasão imediata e pela proporção de repetentes, apresenta de modo inequívoco as diferenças entre a escola pública e a particular.

No Brasil, nos anos de 1987/88, enquanto a taxa de evasão imediata representava 15,4% na 1.ª série da escola pública (federal, estadual e municipal), na particular situava-se em torno de 6%. Estas mesmas taxas para o Sudeste e Nordeste revelam diferenças acentuadas. No Nordeste, a taxa de evasão nas escolas públicas é quase o dobro da do Sudeste. Nas escolas particulares, a taxa de evasão é 2,6 vezes maior do que no Sudeste.

Em escala mais acentuada, verifica-se semelhante comportamento com relação ao indicador proporção de repetentes na 1.ª série do ensino fundamental. No conjunto do País, os repetentes representam 24,4% nas escolas públicas e 9% nas particulares. Também neste caso as diferenças regionais são evidentes.

As diferenças entre a escola pública e a particular marcam também as profundas desigualdades sociais em que vivem os estudantes brasileiros. As evidências tornam-se cada vez mais claras: a escola não está garantindo a todos um mínimo de instrumentação que torne as chances sociais menos desiguais.

26 - Proporção de repetentes e taxa de evasão imediata na 1.ª série do ensino fundamental - 1987/88





Em 1988, o Nordeste possuía quase quatro vezes mais professores com formação inadequada na rede pública do que o Sudeste

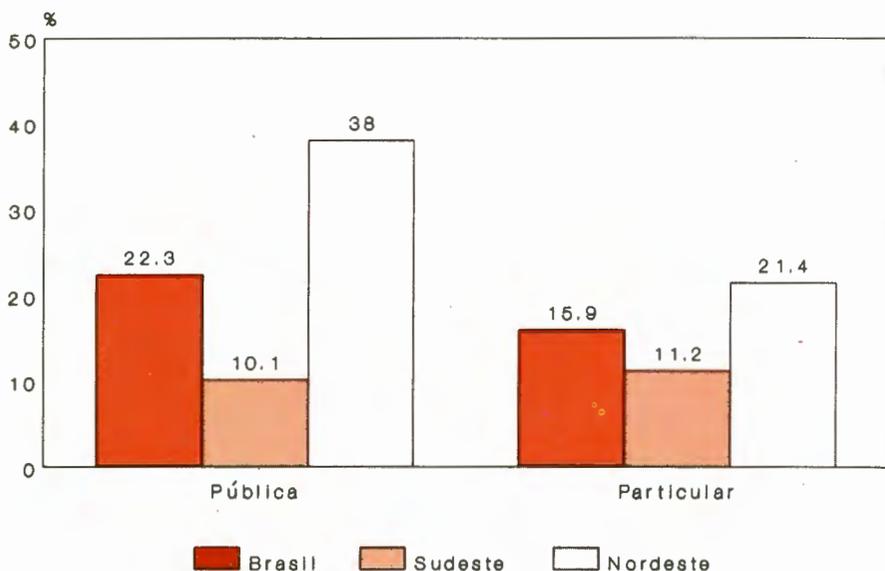
Qual é o grau de formação do professor que trabalha nas escolas de ensino fundamental? Em termos ideais, considera-se que um docente possui formação adequada quando tem magistério de 2.º grau e/ou licenciatura de 3.º grau.

Os dados disponíveis, no entanto, mostram que 22,3% do professorado da rede pública, em 1988, tinham formação inadequada. As distorções regionais em relação a esta questão são acentuadas. Enquanto no Sudeste apenas 10,1% dos professores poderiam ser considerados leigos, no Nordeste a proporção chega a 38%, ou seja, quase quatro vezes mais.

Na rede particular a situação apresenta-se bem melhor. No País como um todo, cerca de 16% dos professores da rede particular não tinham formação adequada, proporção que se eleva para 21,4% no Nordeste. Já no Sudeste essa proporção é bem mais baixa.

Estes dados parecem indicar um maior rigor na seleção de professores da rede particular do que da rede pública. Em outras palavras, revela a pouca atenção do estado em relação à educação, enquanto a escola particular se preocupa mais com a questão, dada a necessidade de enfrentar a concorrência e conquistar sua clientela.

27 - Professores com formação inadequada(*), segundo a rede de ensino - 1988



(*) Inadequada: 1.º grau ou magist. incomp. CIP/SEEC/MEC

São poucas as crianças e os adolescentes que têm quatro anos de estudo



Educação

Apesar de as taxas de escolarização da população de 7 a 17 anos serem relativamente elevadas, verifica-se que são poucas aquelas que têm escolaridade adequada.

Considerando que quatro anos de estudos é o tempo mínimo para que a alfabetização seja duradoura e permanente, muito tem que ser feito neste sentido.

As evidências trazidas pela PNAD revelam que os resultados do sistema educacional que vigorou durante os anos 80 são bastante ineficientes.

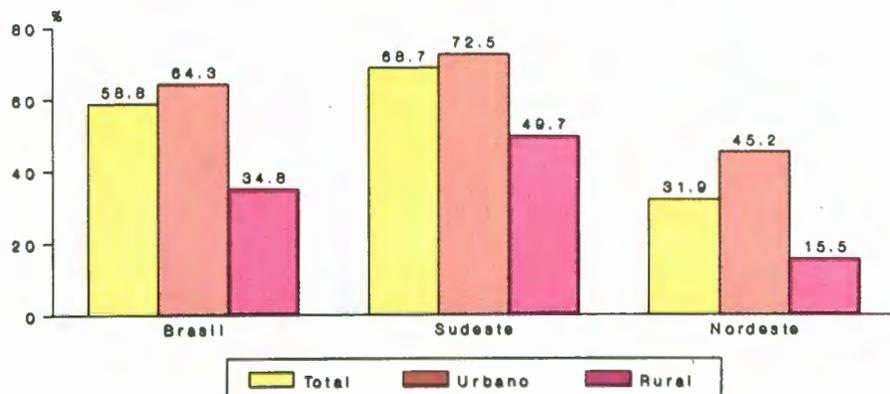
Observa-se, através do Gráfico 28, que mais de 40% das crianças e adolescentes de 12 a 15 anos no Brasil em 1989, não atingiram quatro anos ou mais de estudo. O Sudeste urbano apresenta um índice melhor (72,5%) se comparado ao conjunto do País. Já o Nordeste apresenta um percentual menor - apenas 31,9% deste grupo etário possuía quatro anos ou mais de estudo.

Pela Constituição, é obrigação do Estado garantir o ensino de 1.º grau a todas as crianças e jovens brasileiros.

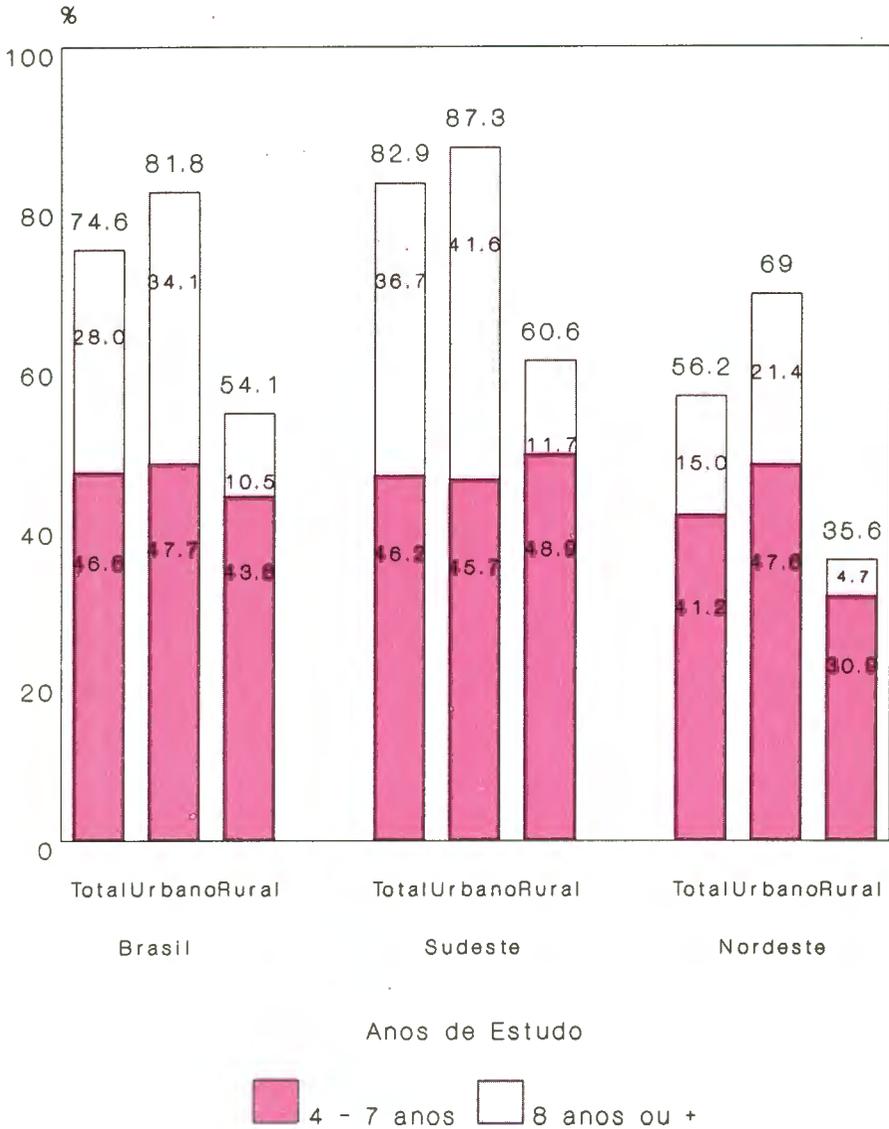
Entretanto, quando se analisam os níveis de escolaridade dos adolescentes de 17 anos (Gráfico 29), verifica-se que ainda são muito poucos aqueles que têm escolaridade adequada. No conjunto do País, são apenas 28% dos jovens brasileiros de 17 anos que têm oito anos ou mais de estudo. Mesmo no Sudeste urbano esta proporção não alcança nem 50%.

Convém ressaltar que as diferenças urbano/rural são bem mais acentuadas quando se comparam níveis de escolaridade acima de oito anos de estudo. No Brasil como um todo, a área urbana tem três vezes mais adolescentes com oito anos de estudo do que a área rural. No Nordeste rural, somente cerca de 5% dos adolescentes têm oito anos ou mais de estudo.

28 - Pessoas de 12 a 15 anos com 4 ou mais anos de estudo - 1989



29 - Pessoas de 17 anos,
segundo anos de estudo - 1989



Fonte: PNAD

Ainda são muitos aqueles que nunca freqüentaram escola e que permanecem analfabetos



Educação

Sem dúvida, houve uma redução na proporção de analfabetos ao longo da década de 80. Não obstante, ainda verifica-se, em 1989, uma situação bastante grave: 21% da população de 7 a 17 anos foi declarado analfabeto.

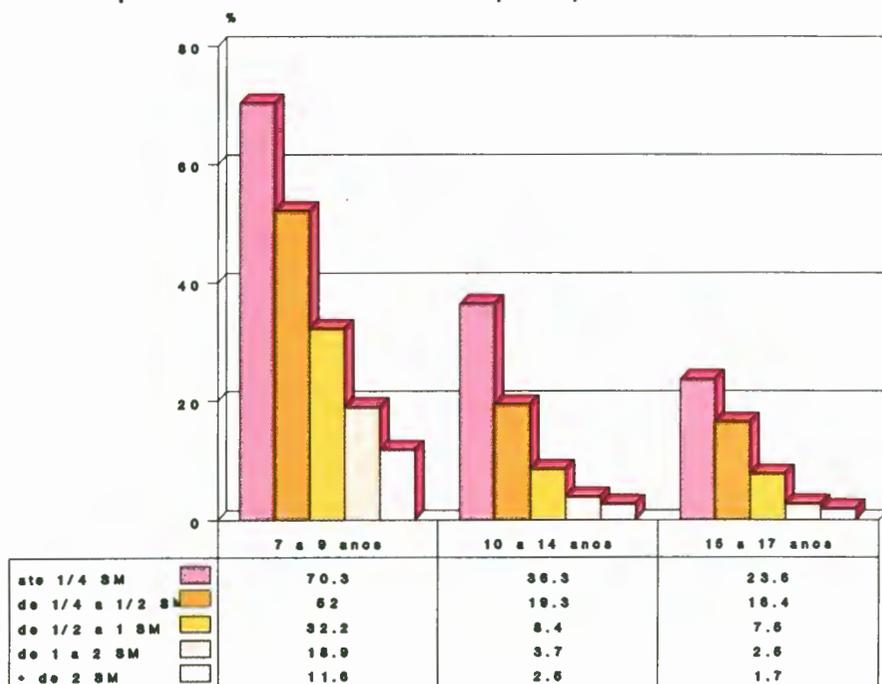
Quando se observam as taxas de analfabetismo pelos diferentes grupos etários, verifica-se que a maior taxa é referente às crianças de 7 a 9 anos - quase 40%. Para aqueles de 10 a 14 anos, que teoricamente deveriam ter completado o ensino fundamental, ainda se encontra uma taxa bastante

alta - 14,8%. Não menos grave é a situação dos adolescentes - quase 10% são analfabetos.

Através do Gráfico 30, é possível observar a relação direta entre as taxas de analfabetismo das crianças e adolescentes brasileiros e a renda mensal familiar *per capita* - quanto menor a renda maiores são as taxas.

Convém ressaltar que não só a renda familiar tem impacto na escolarização das crianças. O nível de instrução dos pais exerce também grande influência neste aspecto.

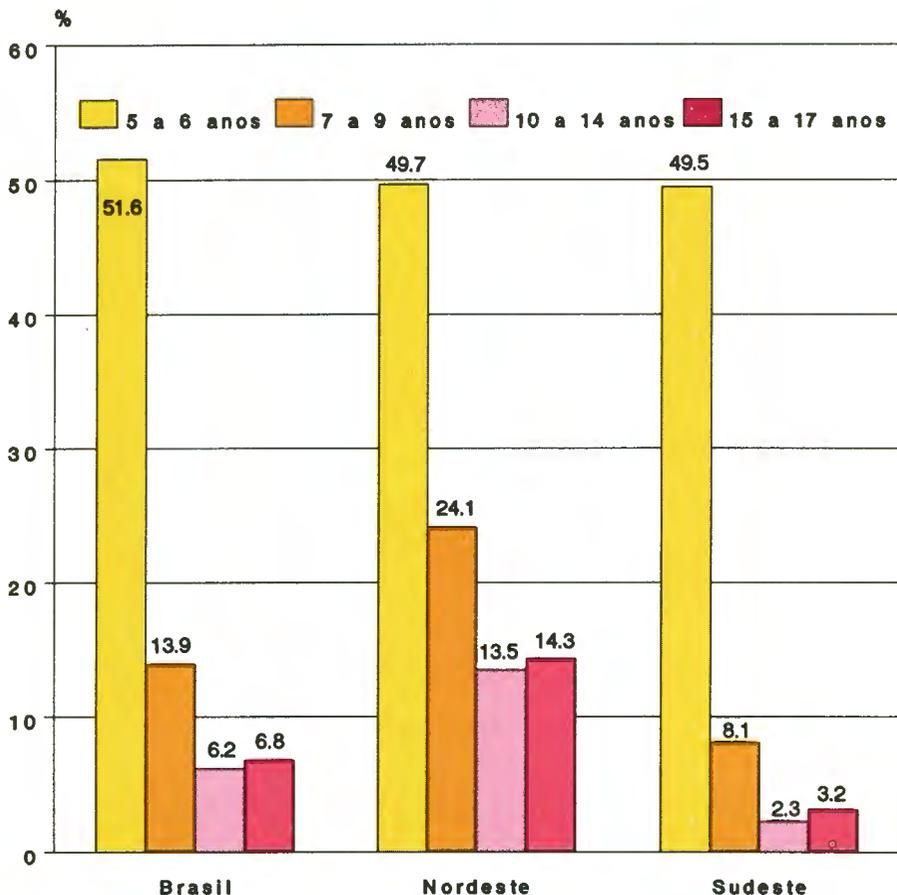
30 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 7 a 17 anos por rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil 1989



O Gráfico 31 mostra a proporção de pessoas de 5 a 17 anos por grupos de idade que nunca frequentou escola. No conjunto do País, no ano de 1989, quase 7 milhões de crianças se encontravam fora da escola. A comparação regional revela que as crianças nordestinas estão em grande desvantagem em relação às moradoras do Sudeste, a não ser quanto às mais novas: tanto no Nordeste quanto no Sudeste metade da população de 5 a 6 anos não frequenta escola. Já para os outros grupos etários, o Nordeste apresenta proporções bem mais altas do que o Sudeste.

Vale ainda ressaltar as diferenças urbano/rural quanto à não frequência à escola. Na faixa etária de 7 a 9 anos, período de ingresso escolar, no Brasil rural 25% das crianças nunca frequentaram escola enquanto que na área urbana esta proporção cai para 9,2%. Na faixa etária de 10 a 14 anos, no campo, 12,3% das crianças estão nesta situação enquanto na cidade apenas 3,7% estão fora da escola. Quanto aos adolescentes, as diferenças são gritantes: no Brasil rural são em torno de 15% aqueles que nunca frequentaram escola, enquanto na área urbana não chegam a 4%.

31 - Pessoas de 5 a 17 anos que nunca frequentaram escola - 1989



A escolaridade da mãe tem forte impacto sobre a de seus filhos



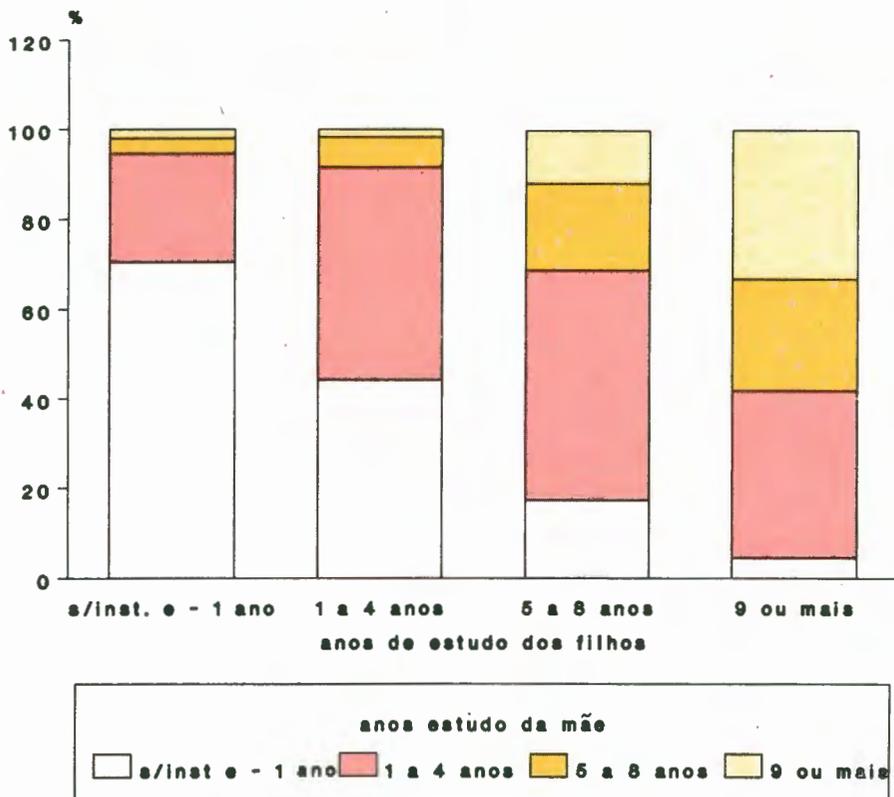
Educação

Conforme informações levantadas pela PNAD, de fato o nível de instrução da mãe está positivamente correlacionado com o de seus filhos. O gráfico abaixo mostra, por exemplo, a situação dos filhos de 15 a 17 anos. Destes com baixa instrução, 70% têm mães com o mesmo nível, isto é, sem instrução ou menos de um ano de

estudo, 24% têm mães com 1 a 4 anos de estudo, 3,4% têm mães com 5 a 8 anos de estudo e apenas 2% têm mães com 9 anos ou mais de estudo.

Já aqueles adolescentes que têm 9 anos ou mais de estudo são muito poucos (4,4%), cujas mães não têm instrução ou possuem menos de um ano de estudo.

32 - Anos de estudo dos filhos de 15 a 17 anos por anos de estudo da mãe
Brasil - 1989





No Nordeste, as crianças de 10 a 14 anos estudam menos e trabalham mais do que aquelas no Sudeste

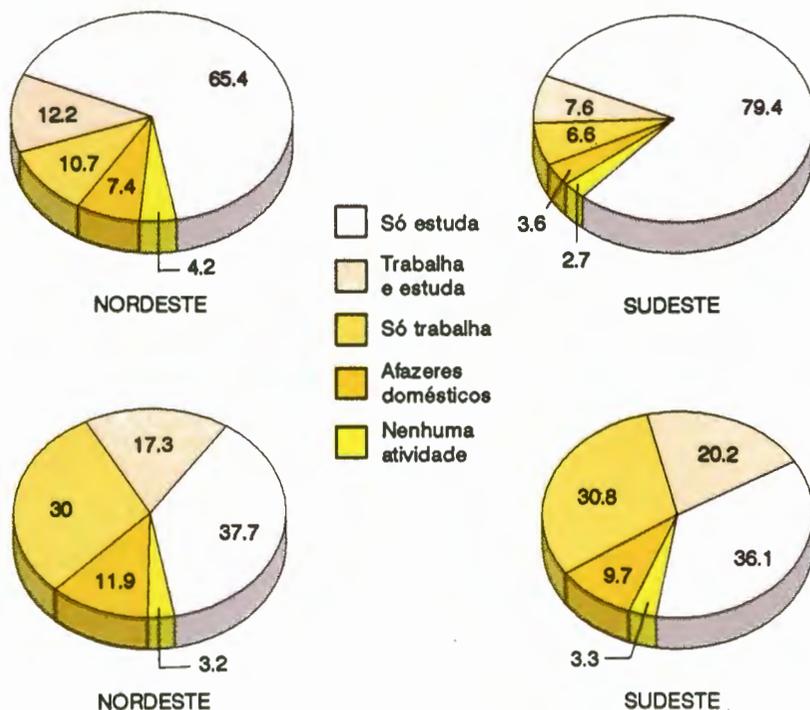
Quando se analisa a participação das crianças e adolescentes nas diversas atividades, nota-se que esta participação varia de acordo com a faixa etária.

Tanto na Região Nordeste quanto na Sudeste, a maior parte dos jovens de 10 a 14 anos somente estuda (65,4% no Nordeste e 79,4% no Sudeste), enquanto que os jovens de 15 a 17 anos tendem a se distribuir mais uniformemente entre

as atividades, trabalhando mais e estudando menos nas duas regiões.

É interessante observar que existe uma grande parcela da população de 10 a 17 anos que declara não realizar atividade alguma, isto é, não estudam, não trabalham e não ajudam nos afazeres domésticos. No Nordeste, cerca de 330 mil crianças e jovens se encontram nesta situação e no Sudeste este número gira em torno de 300 mil.

33 - Pessoas de 10 a 17 anos por condição de atividade 1989



Trabalho

Os dados revelam que os jovens brasileiros trabalham muito e ganham pouco. No mercado formal, apenas um em cada 25 empregos é preenchido por um jovem. A taxa de atividade das crianças e jovens é bastante alta mesmo quando comparada com a de outros países de menor renda *per capita* que o Brasil.





Na década de 80, cada vez mais as crianças ingressaram no mercado de trabalho

A análise da participação dos jovens no mercado de trabalho revela o nível de desenvolvimento do País. Nas economias mais desenvolvidas a taxa de atividade das crianças e adolescentes é mínima. No Brasil, entretanto, as evidências oferecidas pela PNAD revelam um quadro preocupante e desfavorável. O trabalho infanto-juvenil é uma prática muito comum.

Entre 81 e 89 a participação do grupo de 10 a 17 anos na população ocupada baixou de 14,2% para 12,1%. Não obstante, a taxa de atividade permaneceu praticamente constante - 29,7% em 1981 e - 29,4% em 1989. A queda da participação dos trabalhadores jovens em relação aos adultos deveu-se ao crescimento da taxa de atividade destes últimos ao longo da década de 80.

○ Gráfico 34 mostra que houve crescimento da taxa de atividade para quase todas as CRMFPC, sendo o movimento mais intenso para classes de rendimento mais elevado. Exemplificando: entre 10 e 14 anos o crescimento foi mínimo na faixa até 1/4 de SM (25,9% para 26,1%) e bem mais acentuado para a classe de rendimento superior a 2 SM (4,2% para 6,5%), isto é, um crescimento de mais de 50%.

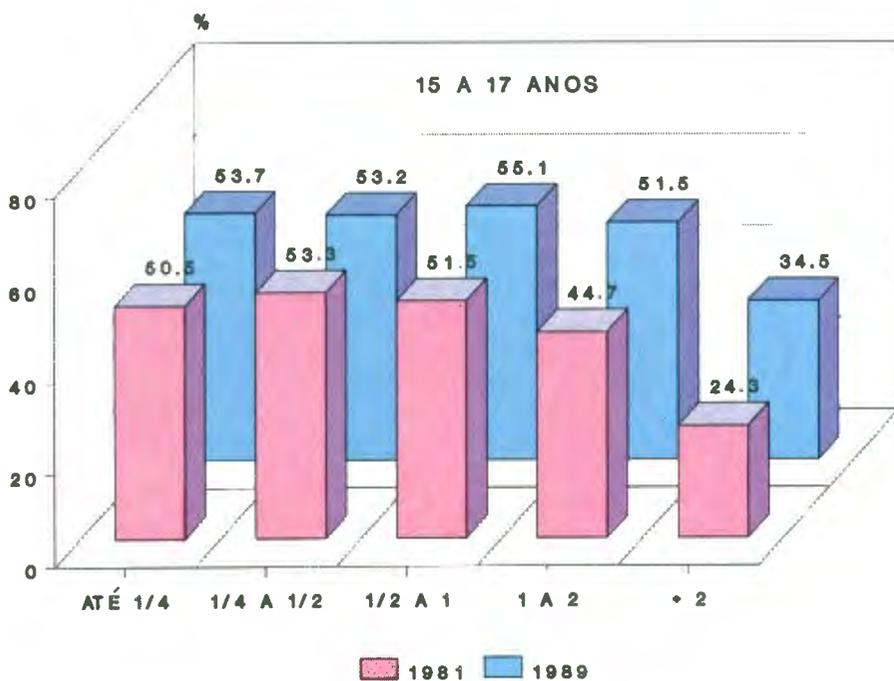
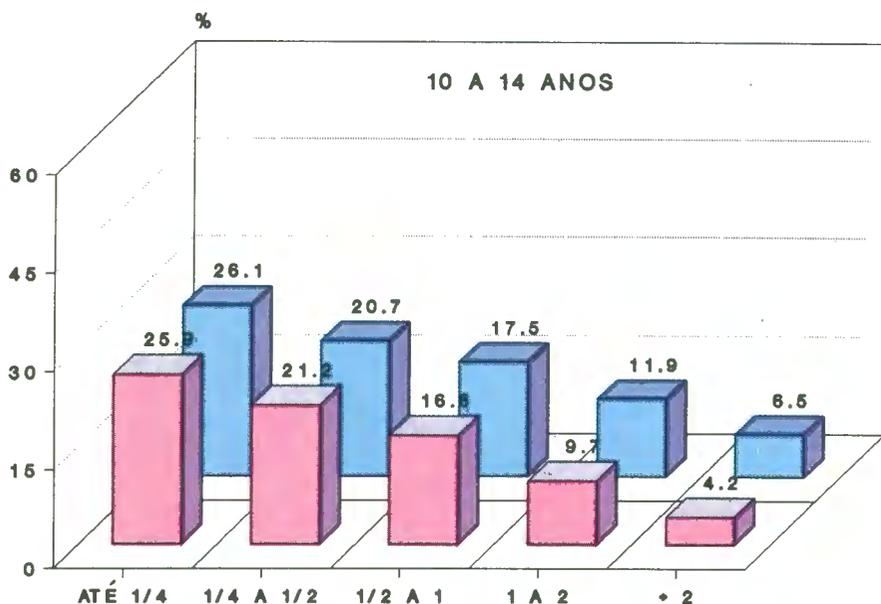
Para o grupo de 15 a 17 anos, a taxa de atividade para aqueles que vivem em famílias cuja RMFPC situa-se até 1/4 SM passou de 50,5% para 53,7%. Simultaneamente, para o grupo de

rendimento superior a 2 SM houve um salto de 24,3% para 34,5%. Convém ressaltar que mesmo após o crescimento da taxa de atividade verificado na década para os rendimentos mais elevados, nas duas faixas etárias consideradas a taxa de atividade das crianças mais pobres continuava em 1989 consideravelmente superior à das mais ricas. Para as crianças de 10 a 14 anos a taxa de atividade dos mais pobres era, em 1989, quatro vezes superior à dos mais ricos, enquanto que para os adolescentes esta relação era uma vez e meia mais elevada.

É interessante observar que as taxas de atividade dos jovens no Brasil são relativamente elevadas quando comparadas com o padrão internacional. Dados da Organização Internacional do Trabalho - OIT - revelam que, em meados dos anos 80, para as crianças brasileiras de 10 a 14 anos, esta taxa situava-se em torno de 18%, nível superior ao observado em países como a Indonésia (11,1%), Marrocos (14,3%), Honduras (14,7%), República Dominicana (15,5%) e Portugal (16,8%), e inferior ao do Paraguai (19,9%) e Haiti (24,4%).

Apesar da queda relativa do emprego dos jovens no Brasil verificado durante os anos 80, a taxa de atividade desta parcela da população permanecia no final da década em níveis bastante elevados.

34 - Taxa de atividade das pessoas de 10 a 17 anos por rendimento mensal familiar *per capita* Brasil(*)



(*) Os valores de salário mínimo estão corrigidos com base no valor de 1981, tomando como deflador o INPC.



À exceção dos empregados na agricultura, a grande maioria dos jovens trabalha na condição de empregados

Em todos os ramos da atividade econômica em que se inserem as crianças e adolescentes brasileiros, a grande maioria trabalha na condição de empregado, com exceção da agricultura, onde a relação predominante para os jovens é o trabalho familiar sem remuneração - 62,3% do total de crianças e jovens que trabalham na agricultura não percebem rendimento algum.

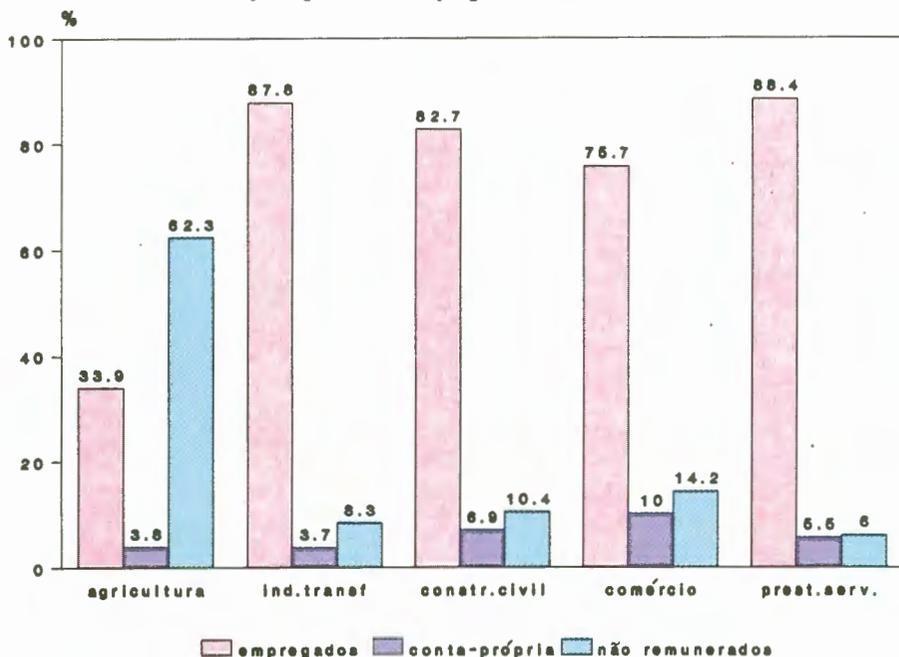
Nos demais ramos, os empregados chegam a quase 90%. Os jovens não remunerados nestes setores de

atividade têm um peso bem menos significativo, variando de 14,2% no comércio de mercadorias a 6,0% na prestação de serviços.

Já as crianças e adolescentes que trabalham por conta própria têm ainda menos peso entre o total dos jovens que trabalham. O ramo onde são mais expressivos - 10% - é o comércio de mercadorias.

É importante ressaltar que, apesar de a grande maioria dos jovens de 10 a 17 anos trabalhar na condição de empregados, apenas 25,6% têm carteira assinada pelo empregador.

35 - Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos por ramo de atividade, segundo a posição na ocupação - Brasil - 1989



A maioria dos jovens trabalha sem carteira assinada e mais de 40 horas semanais



Trabalho

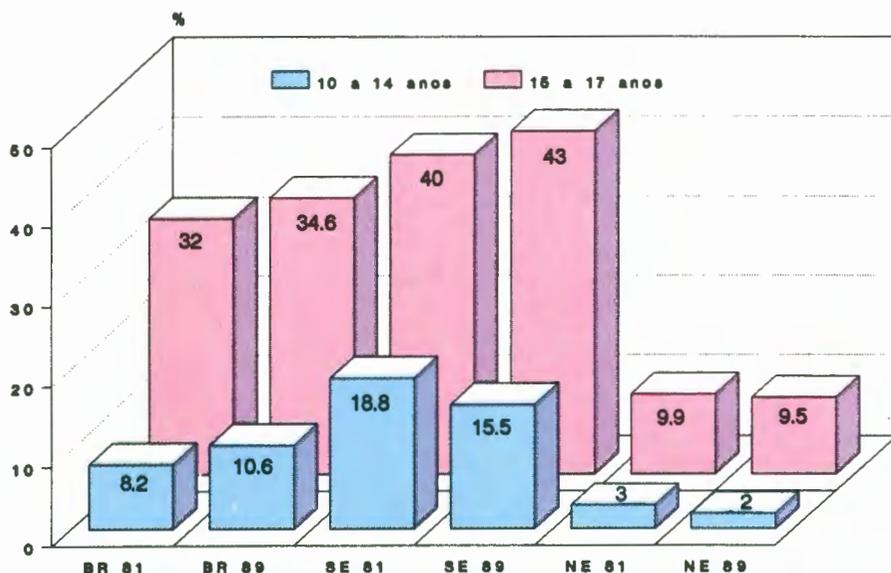
As informações sobre a posse da carteira de trabalho assinada pelo empregador relativas à população de trabalhadores jovens não apresentam mudanças significativas ao longo da década de 80, tanto para o grupo etário mais jovem (8,2% em 1981 e 10,6% em 1989) quanto para os adolescentes de 15 a 17 anos (32,0% em 1981 e 34,6% em 1989).

No entanto, as diferenças regionais quanto ao número de trabalhadores com carteira assinada são bastante chocantes. Em 1989, no Nordeste os valores verificados são extremamente baixos - 2% para o grupo de 10 a 14 anos e 9,5% para

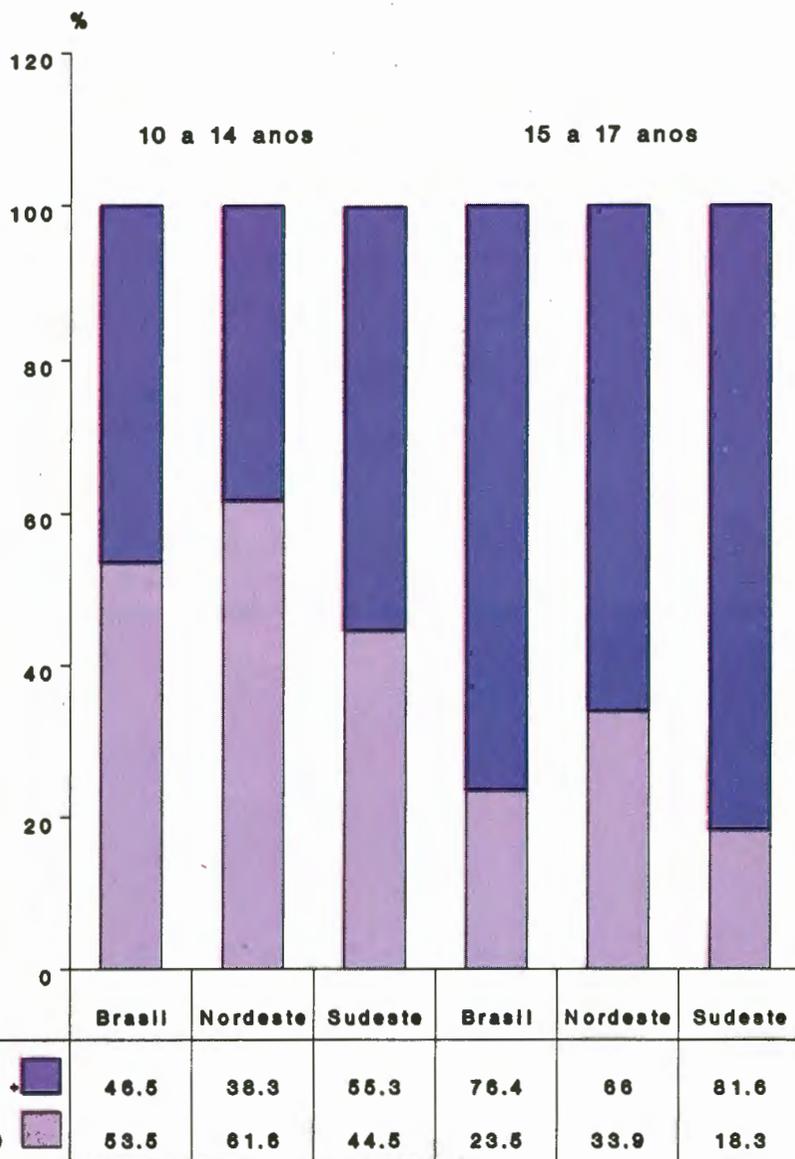
os de 15 a 17. Embora insuficiente, as crianças e jovens do Sudeste trabalham sob uma maior proteção da legislação trabalhista - 15,5% das crianças de 10 a 14 anos possuíam carteira de trabalho assinada em 1989 e um pouco menos da metade - 43,0% - dos jovens de 15 a 17 anos também a possuíam naquele ano.

Quanto à jornada de trabalho, os dados encontrados revelam que há uma grande proporção de crianças e jovens trabalhando mais de 40 horas semanais. Tanto no conjunto do País quanto nas Regiões Sudeste e Nordeste, os jovens têm longas jornadas. O Sudeste apresenta proporções mais elevadas que o Nordeste e o conjunto do País.

36 - Empregados de 10 a 17 anos com carteira assinada - 1989



37 - Pessoas ocupadas por número de horas trabalhadas - 1989



É no comércio e na indústria onde se encontram os jovens com melhor instrução

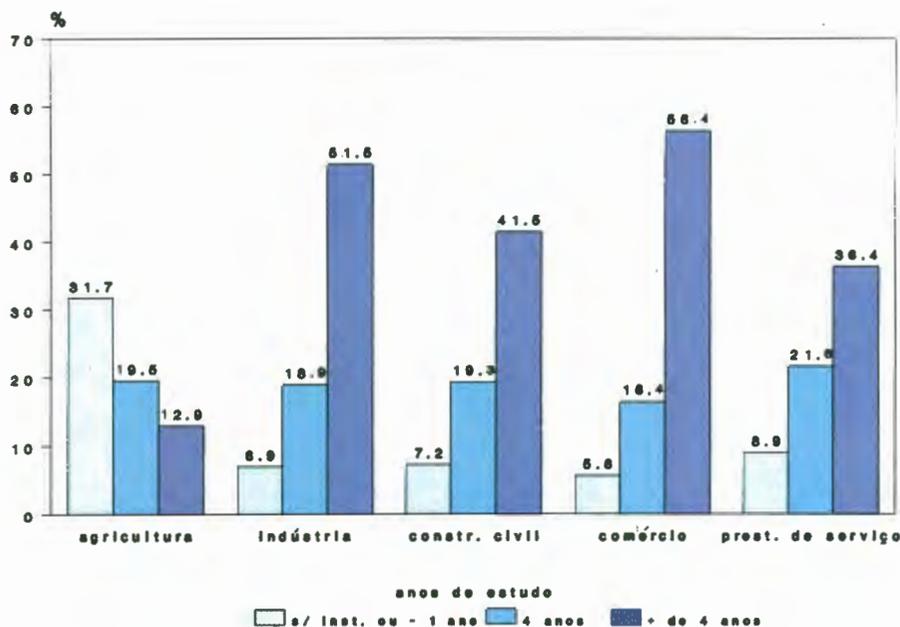


Embora, de uma forma geral, seja bastante insatisfatório o nível de instrução das crianças e adolescentes que trabalham, percebe-se uma diferenciação muito acentuada em seu grau de escolaridade conforme o ramo de atividade em que se inserem. O comércio e a indústria de transformação são aqueles onde os jovens apresentam melhor nível de instrução (56,4% e 51,5%, respectivamente, das pessoas de 10 a 17 anos ocupadas nestes dois setores têm mais de 4 anos de estudo). Isto se deve provavelmente ao fato de se tratar de setores mais formalizados da economia que exigem maior nível

de qualificação, além de empregarem quase exclusivamente jovens a partir dos 14 anos, idade mínima que a Lei determina para o ingresso no mercado de trabalho.

Já a agricultura é o ramo de atividade onde as pessoas de 10 a 17 anos apresentam pior nível de instrução. De fato, neste setor as crianças costumam se iniciar no mundo do trabalho muito cedo, geralmente em ajuda a seus familiares na empresa doméstica. Além do mais, a freqüência à escola no meio rural costuma ser muito inferior àquela no meio urbano.

38 - Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos por anos de estudo, segundo o ramo de atividade - Brasil - 1989





No setor formal, jovens com a mesma escolaridade dos adultos ganham muito menos

A Relação Anual de Informações Sociais - RAIS -, levantamento feito pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social junto a todos os estabelecimentos e pessoas físicas que tenham mantido como empregadores alguma relação de emprego, revela dados bastante interessantes sobre o mercado formal de trabalho dos jovens.

Analisando-se a questão da escolaridade, verifica-se que a grande maioria das crianças e adolescentes, participantes do mercado formal no Brasil em 1988, possuíam nível de instrução até a 8.ª série completa - 93,1% para os de 10 a 14 anos e 82,4% para os de 15 a 17 (excluindo-se os analfabetos). A faixa mais freqüente é representada por aqueles que possuíam a 8.ª série incompleta, correspondendo a 41,5% das crianças e 65,7% dos adolescentes.

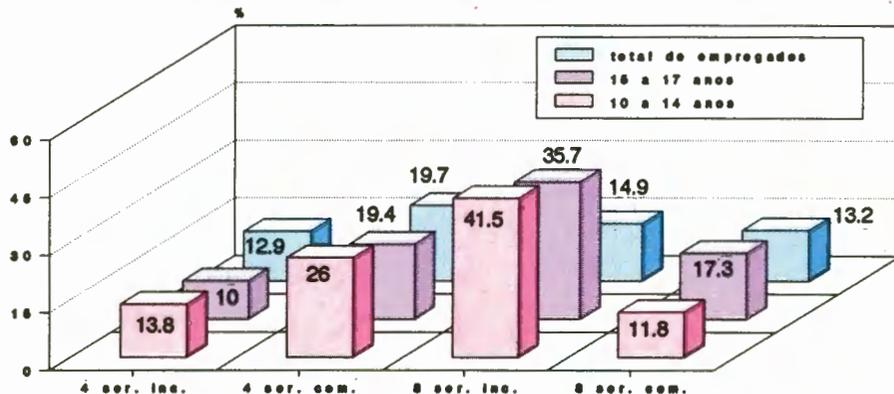
A RAIS permite ainda analisar os rendimentos dos trabalhadores

jovens. Verifica-se que são muito baixos e praticamente não variam com o nível de escolaridade. Assim, na faixa de 10 a 14 anos os rendimentos são idênticos - 1,1 SM - para os quatro níveis de escolaridade apresentados. Analogamente, na faixa de 15 a 17 anos os rendimentos também são idênticos, embora ligeiramente mais elevados - 1,4 SM.

Para o conjunto de trabalhadores (crianças e adultos) levantado pela RAIS, a associação positiva entre escolaridade e rendimento é facilmente verificada, elevando-se de 2,4 SM para a 4.ª série incompleta até 3,7 SM para a 8.ª série completa. Esta relação persiste para os níveis de escolaridade mais elevados.

Conclui-se, portanto, que a mão-de-obra infanto-juvenil é mal remunerada comparativamente à mão-de-obra adulta, não recebendo ganhos adicionais pelo fato de possuir uma escolaridade mais elevada.

39 - Proporção de empregados no setor formal por faixa etária, segundo a escolaridade - Brasil - 1988



Fonte: RAIS 88

Brasil 1989 - PNAD - Dados Absolutos

População total	144 293 110
População de 0 a 17 anos	59 614 103
População de 0 a 6 anos	23 133 083
População de 7 a 14 anos	27 509 374
População de 15 a 17 anos	8 971 646
População de 0 a 17 anos	
Norte	2 280 144
Nordeste	20 080 997
Sudeste	24 096 013
Sul	8 766 848
Centro-Oeste	4 390 101

Pessoas de 0 a 17 anos por CRMFPC (SM)	
Sem rendimento até 1/4	1 055 817
+ de 1/4 a 1/2	12 319 343
+ de 1/2 a 1	12 784 428
+ de 1 a 2	13 647 720
+ de 2	9 583 968
	9 279 530

Pessoas de 0 a 17 anos por tipos de família	
Casal com filhos	43 851 620
Casal com filhos e parentes	7 388 859
Mulher sem cônjuge, com filhos (*)	5 948 734
(*) Com ou sem outros parentes.	

PEA de 10 a 17 anos por CRMFPC (SM)	
Total	7 454 361
até 1/4	1 572 762
+ de 1/4 a 1/2	1 738 170
+ de 1/2 a 1	1 990 389
+ de 1 a 2	1 305 948
+ de 2	748 202
Sem declaração	98 890

Pessoas de 5 a 17 anos que freqüentam escola	
Total	31 217 657
5 e 6 anos	3 343 773
7 a 9 anos	9 269 091
10 a 14 anos	13 728 609
15 a 17 anos	4 876 184

Pessoas de 7 a 14 anos que freqüentam escola

Norte	919 917
Nordeste	6 987 296
Sudeste	9 940 763
Sul	3 434 210
Centro-Oeste	1 715 514

Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos por posição na ocupação

Empregados	4 722 072
Empregadores	10 804
Conta própria	398 938
Não-remunerados	2 184 822

PEA de 10 a 17 anos

Norte	178 168
Nordeste	2 539 088
Sudeste	2 802 240
Sul	1 360 085
Centro-Oeste	574 780

Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos

Total	7 316 636
10 a 14 anos	2 977 927
15 a 17 anos	4 338 709

Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos por número de horas trabalhadas

Total	7 299 476
até 20 horas	980 430
de 21 a 39 horas	1 625 217
40 horas ou mais	4 688 687

Pessoas de 0 a 17 anos por condição na família

Chefe	100 569
Cônjuge	377 117
Filho	55 704 658
Outro parente	2 975 347
Agregado	185 350
Pensionista	10 893
Empregado doméstico	221 226
Parente do empregado doméstico	9 220

Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos por ramos de atividade

Agricultura	2 936 945
Indústria	1 010 538
Construção civil	283 552
Comércio	878 073
Serviços	1 589 521
Outros	618 007

Pessoas de 0 a 17 anos por cor

Branca	30 861 880
Preta	2 864 109
Parda	25 672 698
Amarela	214 910

Lista de Tabelas Disponíveis



N.º de ordem	Tabelas	Fonte	Nível de agregação
A. Dados Gerais			
A. 1	População residente, por situação do domicílio, segundo os grupos de idade	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
A. 2	População residente de 0 a 17 anos, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
A. 3	População residente, por cor, segundo a situação do domicílio e idade	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
B. Condições Sócio-Econômicas			
B. 1	Famílias e pessoas residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> , segundo a situação do domicílio e grupos de idade	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
B. 2	Pessoas de 0 a 17 anos, residentes em domicílios particulares, segundo a situação do domicílio e a condição da pessoa no domicílio e na família	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
B. 3	Famílias e pessoas de 0 a 17 anos, residentes em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> e o tipo de unidade doméstica	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
B. 4	Pessoas de 0 a 17 anos de idade, residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> , segundo a cor e o tipo de unidade doméstica	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs

N.º de ordem	Tabelas	Fonte	Nível de agregação
C. Saúde			
C. 1	Número de óbitos e mortalidade proporcional por sexo e idade, segundo causas básicas	Ministério da Saúde	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
D. Educação Pré-Escolar			
D. 1	Matrícula inicial por idade	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
D. 2	Matrícula final por idade	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
D. 3	Taxa de escolarização por idade	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
E. Educação			
E. 1	Matrícula inicial por idade, segundo a série	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
E. 2	Matrícula final por série	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
E. 3	Taxa de distorção série-idade para menores de 18 anos por série	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
E. 4	Taxa de evasão imediata por série	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
E. 5	Taxa de aprovação por série	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.

N.º de ordem	Tabelas	Fonte	Nível de agregação
E. 6	Distribuição percentual de concluintes, por idade	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
E. 7	Taxa de repetência por série	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
E. 8	Taxa de conclusão-coorte	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
E. 9	Pessoas de 5 a 17 anos, por grupos de idade e sexo, segundo a situação do domicílio e a condição de frequência à escola	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
E.10	Pessoas de 10 a 17 anos, por situação de trabalho e frequência à escola, segundo a situação do domicílio, o sexo e os grupos de idade	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
E.11	Pessoas de 10 a 17 anos, residentes em domicílios particulares, por situação de trabalho e frequência à escola, segundo os grupos de idade e as classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
E.12	Pessoas de 5 a 17 anos, residentes em domicílios particulares, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio, as classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> e a condição de frequência à escola	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs.
E.13	Pessoas de 5 a 17 anos, por condição de frequência à escola e série frequentada, segundo a situação do domicílio e a idade	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
E.14	Pessoas de 5 a 17 anos, por condição de frequência à escola e adequação à série frequentada, segundo a situação do domicílio e a idade	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs

N.º de ordem	Tabelas	Fonte	Nível de agregação
E.15	Pessoas de 5 a 17 anos de idade, residentes em domicílios particulares, por grupos de idade, segundo a cor e a condição de frequência à escola	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
E.16	Taxa de analfabetismo das pessoas de 7 a 17 anos, segundo a situação do domicílio	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F. Trabalho			
F.1	Pessoas de 10 anos e mais, por condição de atividade na semana de referência, segundo sexo e grupos de idade	PME	RMs
F.2	Pessoas não economicamente ativas na semana, por grupos de idade, segundo a condição de inatividade e os anos de estudo	PME	RMs
F.3	Pessoas ocupadas, por grupos de idade, segundo o sexo e os ramos de atividade	PME	RMs
F.4	Pessoas que procuraram trabalho na semana de referência, por grupos de idade, segundo os anos de estudo	PME	RMs
F.5	Pessoas que procuraram trabalho na semana de referência, por grupos de idade, segundo o tempo de procura de trabalho	PME	RMs
F. 6	Pessoas que procuraram trabalho na semana de referência e já trabalharam antes com remuneração, por grupos de idade, segundo os ramos de atividade do último trabalho remunerado	PME	RMs
F. 7	Pessoas de 10 a 17 anos e taxas de atividade, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio e os anos de estudo	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs

N.º de ordem	Tabelas	Fonte	Nível de agregação
F. 8	Pessoas de 10 a 17 anos, residentes em domicílios particulares e taxas de atividade, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F. 9	Pessoas de 10 anos ou mais, residentes em domicílios particulares e taxas de atividade, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> , segundo a situação do domicílio e a condição na família	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.10	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio e os ramos de atividade	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.11	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos e rendimento médio mensal do trabalho principal, por sexo, segundo os grupos de idade e as dez ocupações mais frequentes	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.12	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio e a posição na ocupação	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.13	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos e rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas de 10 a 17 anos, por grupos de horas habitualmente trabalhadas, segundo os grupos de idade	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.14	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.15	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos, por situação do domicílio e sexo, segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs

N.º de ordem	Tabelas	Fonte	Nível de agregação
F.16	Pessoas ocupadas de 10 anos ou mais, residentes em domicílios particulares, por participação percentual no rendimento mensal familiar, segundo a situação do domicílio, classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> e a condição na família	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.17	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos e rendimento médio mensal, por sexo, segundo a situação do domicílio e os grupos de ocupação mais freqüentes	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.18	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos e rendimento médio, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos, segundo o sexo e os grupos de idade	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.19	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos e rendimento médio, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos, segundo a situação do domicílio e sexo	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.20	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos e rendimento médio, por sexo, segundo a situação do domicílio e a posição na ocupação	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.21	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos de idade, por cor, segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.22	Empregos em 31/12, segundo faixa etária, sexo e área geográfica por setor de atividade econômica	RAIS	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.23	Salário contratual médio dos empregados em 31/12, segundo faixa etária, sexo e setor de atividade econômica por área geográfica	RAIS	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs

N.º de ordem	Tabelas	Fonte	Nível de agregação
--------------	---------	-------	--------------------

G. Condições do Domicílio

G.1	Pessoas de 0 a 17 anos de idade, residentes em domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo algumas características do domicílio	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
-----	---	------	------------------------------------

Para obtenção de tabelas disponíveis dirigir-se ao:

Ministério da Saúde
 Roberto Becker
 Fundação Nacional da Saúde
 Esplanada dos Ministérios - Bl. G - Anexo A - sala 306
 CEP 70058 - Brasília - DF
 Tel: (061)315-2572 - Telex: (061)3422 SG

IBGE (para as tabelas da PNAD e PME aqui relacionadas)
 Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais - DEISO
 Rosa Maria Ribeiro da Silva
 Rua Visconde de Niterói, 1246 - BLB - 11º. andar
 CEP 20941 - Rio de Janeiro - RJ
 Tel: (021)284-6674 - Telex: (021)31018

Ministério da Educação
 Eliseu Francisco Calsing
 CIP/SEEC
 Esplanada dos Ministérios - BLL - Anexo 1 - sala 212
 CEP 70047 - Brasília - DF
 Tel: (061)224-6600 - Telex: (061)1068

Ministério do Trabalho e Previdência Social
 Marcia Facchina e Alfonso Arias
 Esplanada dos Ministérios - Bl. F
 CEP 70059 - Brasília - DF
 Tel: (061)226-1282 - Telex: (061)1798

Sobre as fontes:

Os dados utilizados nesta publicação foram obtidos através de tabulações especiais oriundas das seguintes fontes produtoras:

IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD

Ministério do Trabalho e Previdência Social - Relação Anual de Informações Sociais - RAIS

Ministério da Educação - Coordenadoria de Informações para Planejamento - CIP/SEEC

Ministério da Saúde - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM